

*[Handwritten signature and initials]*



TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha  
Terceira, EM

# Relatório de Gestão e Contas

---

2020

## ABREVIATURAS/SIGLAS

CPR – Centro de Processamento de Resíduos  
CPSA – Centro de Processamento de Subprodutos Animais  
CVE – Central de Valorização Energética  
CVO – Central de Valorização Orgânica  
DCVE – Departamento da Central de Valorização Energética  
DVMAL – Departamento de Valorização Multimaterial, Aterros e Logística  
HORECA – Hotelaria, Restaurantes e Cafés  
LER – Lista Europeia de Resíduos  
MAH – Município de Angra do Heroísmo  
MPV – Município da Praia da Vitória  
PCI – Poder Calorífico dos Resíduos  
RAA – Região Autónoma dos Açores  
RCD – Resíduos de Construção e Demolição  
RU – Resíduos Urbanos  
SIGRES - Sistemas de Gestão de Resíduos de Embalagens  
SPOA – Subprodutos de Origem Animal

Mensagem do Conselho de Administração,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o **Relatório e Contas referentes ao ano de 2020.**

Este ano fica marcado pela pandemia, pelo que a prioridade da TERAMB foi defender a saúde e bem-estar de todos os colaboradores e da comunidade em geral, assegurando a continuidade das operações, dada a natureza essencial da sua atividade.

Fazendo um balanço de **2020**, podemos afirmar que:

-  Confirmou o seu papel ativo, como atividade essencial, na gestão de resíduos, garantindo o destino adequado e seguro para os resíduos últimos,
-  Demonstrou capacidade para garantir o funcionamento, mesmo em condições adversas, tendo implementado medidas preventivas e o Plano de Contingência devidamente alinhadas com as orientações da Direção Regional de Saúde;
-  Manteve a cooperação com os diversos operadores de gestão de resíduos, sendo que no domínio da valorização multimaterial, enquanto SIGRU, geriu o sistema;
-  Manteve a tendência de crescimento na operação de valorização dos subprodutos animais no Centro de Processamento;
-  Manteve a performance da Central de Valorização Energética com os benefícios resultantes da venda de energia elétrica e de subprodutos;
-  Manteve a deposição negativa do confinamento técnico, em linha com as orientações comunitárias por via da consolidação da atividade de mineração;

Estamos gratos aos Municípios com quem nos relacionamos assim como a todas entidades e operadores de gestão de resíduos com quem colaboramos e que temos procurado desenvolver parcerias e muito principalmente aos nossos Colaboradores que connosco partilham o dia-a-dia, os desafios, os problemas, as incertezas e os sucessos.

Angra do Heroísmo, 25 de março de 2021,

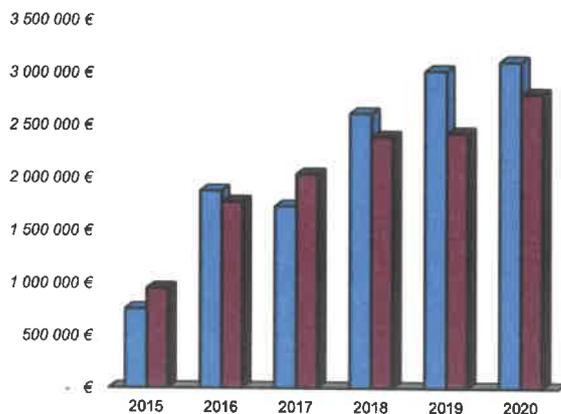
Nuno Miguel Aguiar de Meneses (Presidente)

Raquel Gomes Caetano Ferreira

Maria do Anjo Condesso Ekström

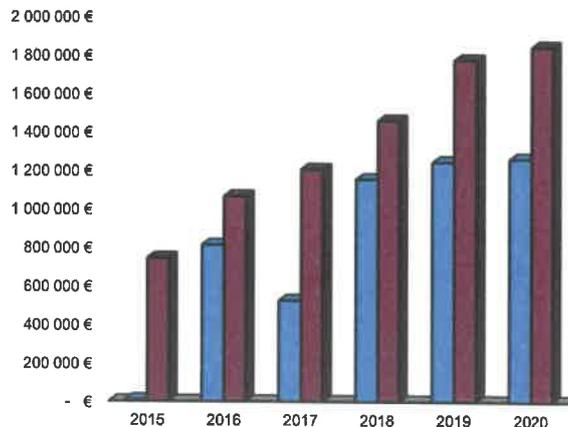
## INDICADORES MAIS SIGNIFICATIVOS

### EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS E CUSTOS



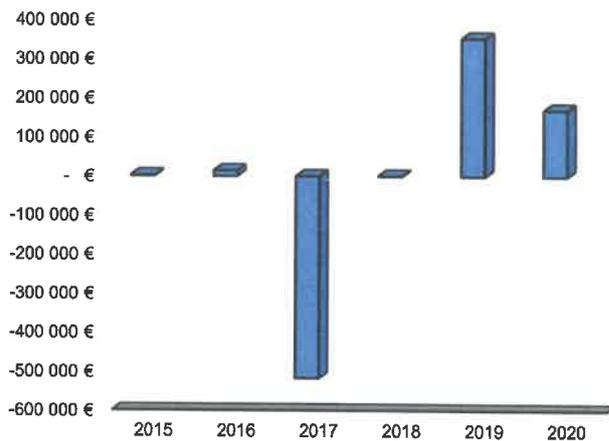
■ VOLUME DE NEGÓCIOS ■ CUSTOS

### EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS POR TIPOLOGIA

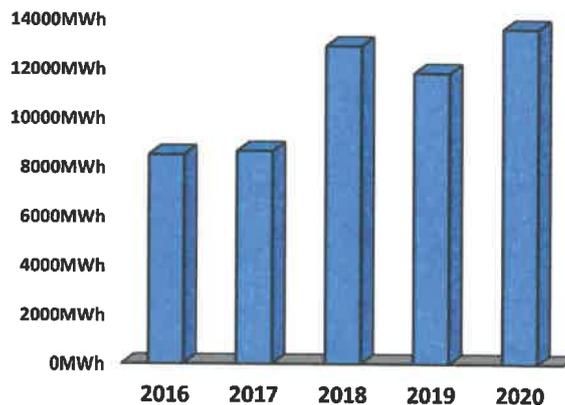


■ VENDAS ■ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

### EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO



### EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE



## I. A ATIVIDADE

No âmbito das competências atribuídas pelos municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, a TERAMB é a entidade responsável pelo Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos da ilha Terceira e o único interlocutor com os SIGRES (Sistemas de Gestão de Resíduos de Embalagens).

A TERAMB é o Valorizador do Sistema Integrado Gestão de Pneus Usados na Região Autónoma dos Açores e manteve a delegação de competências na recolha seletiva do município de Angra do Heroísmo.

Deram-se continuidade às operações das diversas valências visando o estrito cumprimento da hierarquia dos resíduos e o ***desvio de resíduos de aterro, mantendo-se a deposição negativa, pela atividade de***

***mineração***, cumprindo-se desta forma com os objetivos estratégicos da empresa.

O aumento da produção de resíduos recebidos e geridos, estará diretamente relacionado quer com a pandemia quer com as limpezas de passivos ambientais, mantendo-se a estratégia de valorização, tratamento e confinamento dos resíduos.

A TERAMB preocupada em continuar a promover uma gestão sustentável de resíduos em articulação com os Municípios, entidades gestoras e operadores de gestão de resíduos tem trabalhado no sentido que o resíduo seja utilizado como recurso, procurando ***que todo o resíduo ou subproduto gerado tenha VALOR.***

### EVOLUÇÃO DOS RESÍDUOS GERIDOS

Em 2020, a TERAMB recebeu nas diferentes infraestruturas de tratamento e valorização que gere um total de **48 866,87** ton de resíduos.

A análise da tabela abaixo, nomeadamente, a taxa de reciclagem, tem de ser analisada tendo alterações significativas no funcionamento do Sistema de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), sendo a principal relativa ao âmbito das embalagens abrangidas.

O âmbito do sistema passa a incluir apenas as embalagens destinadas ao consumidor final, ou seja, as embalagens primárias (1), as embalagens de serviço (2) e as embalagens multipacks (3) dos produtos de grande consumo. Passam, por isso, a ficar excluídas do âmbito, as embalagens secundárias e terciárias de produtos de grande consumo, bem como todas as embalagens de produtos industriais.

RESÍDUOS	2016	2017	2018	2019	2020
Resíduos Recebidos (ton)	41.079,71	42.415,59	46.070,21	47.265,23	48.867,27
Resíduos Geridos (ton)	44.541,84	45.915,47	49.064,43	50.374,76	51.646,20
Resíduos Urbanos (ton)	32.603,94	33.179,00	30.324,09	29.845,926	29.597,90
Resíduos Reciclados ou Reutilizados (ton)	7.532,00	7.905,00	10.844,43	13.649,34	12.326,63
Resíduos Minerados (ton)	10.880,00	8.884,46	8.399,55	1.111,65	3.160,00
Taxa de Reciclagem (%)	31,30	31,50	33,30	26,90	*
Capitação Resíduos Urbanos (kg/hab/dia)	1,59	1,63	1,68	1,68	*

\*valores publicados pela Direção Regional do Ambiente, mas ainda não disponíveis.

## EVOLUÇÃO DA OPERAÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

VALORIZAÇÃO (%)	2016	2017	2018	2019	2020
Aguarda Valorização	2,83	0,10	0,15	0,10	0,08
Valorização Orgânica	7,94	11,94	12,56	9,96	7,85
Valorização Energética	66,42	75,86	77,04	86,31	90,39
Confinamento Técnico	22,82	12,09	10,24	3,63	1,68

A **Valorização Multimaterial dos Resíduos** é essencial para a preservação do ambiente através da reutilização ou transformação em detrimento da sua incineração ou deposição em aterro. Quando a produção de resíduos não pode ser minimizada privilegia-se a reutilização e reciclagem.

A TERAMB por via do contrato de gestão delegada com a CMAH mantém a recolha e transporte das embalagens provenientes dos ecopontos e estabelecimentos do setor

HORECA, serviço este adjudicado a um prestador externo.

A Estação de Triagem, a cargo de operador externo, recebe todos os materiais recolhidos nos ecopontos ou no sistema porta-porta preparando os materiais recolhidos e enviando para retomadores licenciados (indústria recicladora). Na composição dos resíduos de origem seletiva proveniente dos municípios verifica-se uma subida no material "Papel/Cartão" por oposição a uma descida nas embalagens de "Vidro".



A TERAMB também tem um EcoCentro no qual os munícipes podem depositar gratuitamente as suas embalagens que são reencaminhadas para a Reciclagem, bem como outras tipologias de resíduos com aptidão para valorização multimaterial.

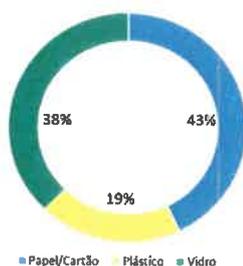
No âmbito da prestação de serviços celebrada entre a Recolte S.A. e a TERAMB, desenvolveu-se o site [www.angravaloriza.pt](http://www.angravaloriza.pt) como ferramenta de sensibilização, comunicação e informação.



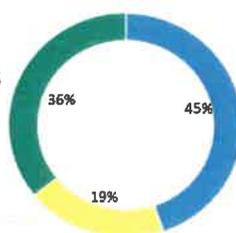
Tem como principal objetivo ser uma ferramenta para os munícipes, estabelecimentos comerciais, serviços e indústria para uma melhor gestão dos resíduos produzidos, permitindo um incremento da qualidade do serviço e reduzir ao máximo o desperdício.

### EVOLUÇÃO DA RECOLHA SELETIVA

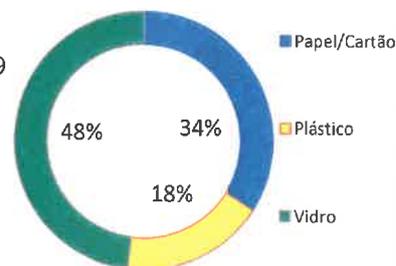
2017



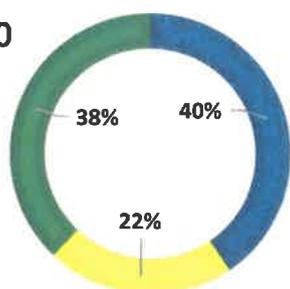
2018



2019



2020



■ Papel/Cartão ■ Mist. Embalagens ■ Embalagens Vidro

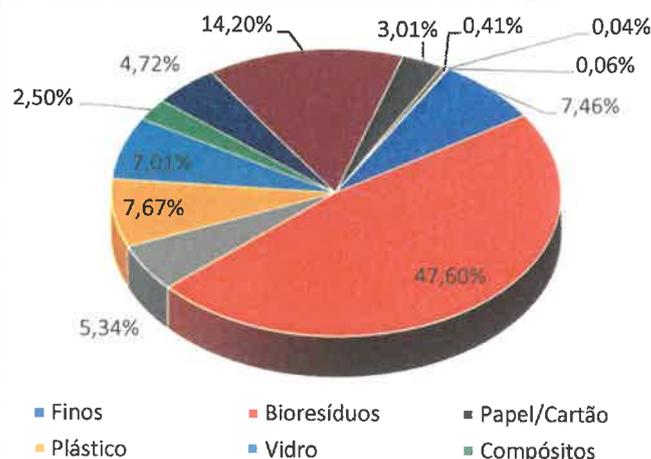
No concerne ao empenho dos Munícipes no uso dos ecopontos constata-se que com exceção da fração plástico, a qualidade dos resíduos de embalagem depositados cumpre com as boas práticas.

## CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS INDIFERENCIADOS

Atendendo à caracterização física média dos resíduos indiferenciados produzidos, o potencial para a fração alvo de reutilização e recuperação existente é ainda significativo, representando cerca de **20,4%** ainda de embalagens (informação recolhida na última campanha de caracterização 2020).

Para o ano de 2020 a meta de Preparação para Reutilização e Reciclagem é de 50%.

*Será necessário ainda um esforço acrescido no sentido de direcionar para a reciclagem, materiais que ainda continuam a ser enviados para a valorização energética. Uma das metas será o aumento da captação de retoma com origem na recolha seletiva.*



## A COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Mesmo em tempos difíceis, a TERAMB prossegue com motivação e responsabilidade a Sensibilização Ambiental. Assim conjugando esforços, mesmo em fase de isolamento social e teletrabalho, usando as redes sociais desenvolveu em conjunto com a Recolte - Serviços e Meio Ambiente, S.A a **campanha de sensibilização AngraValoriza+**, em altura do Natal, cujo principal objetivo foi promover hábitos de separação de resíduos recicláveis e valorizáveis na população de Angra do Heroísmo, através da distribuição de *flyers*, nota de imprensa e vídeo promocional.





Com a chegada da época de Natal e da Passagem de Ano, a produção de resíduos aumenta por influência do aumento do consumo por parte da população e, por essa razão, a campanha pretende sensibilizar todos os consumidores para uma política ativa de redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

A campanha AngraValoriza+ pretendeu incentivar toda a população para melhores práticas de gestão de resíduos. A campanha aborda a deposição correta de resíduos nos Ecopontos com vista à reciclagem, através da valorização dos resíduos que lhes permite dar uma nova utilidade, bem como, sugestões para que Angra do Heroísmo transmita uma imagem de limpeza e salubridade para todos, principalmente nesta altura em que vivemos uma crise pandémica.

Em junho de 2019, Recolte e TERAMB uniram-se para promover a iniciativa AngraValoriza.pt, uma plataforma online que permite aos munícipes de Angra do Heroísmo conhecerem os horários de recolha e procederem ao agendamento da recolha porta a porta, resultando numa maior comodidade e celeridade no processo de recolha de resíduos recicláveis.

Mais de um ano depois, e em condições completamente atípicas, provocadas pela pandemia da COVID-19, esta plataforma foi de extrema utilidade para assegurar o conforto e segurança de munícipes e produtores, que recorreram a este serviço de recolha personalizado. Graças à preocupação, empenho e sensibilização de toda a população, os níveis de reciclagem aumentaram significativamente, sendo ambição da TERAMB que esta dinâmica possa continuar a crescer, graças ao impacto satisfatório dos resultados obtidos.



## A GESTÃO DE RESÍDUOS POR TIPO E DESTINO

Nas infraestruturas que estão a cargo da gestão direta da TERAMB deram entradas diversas tipologias de resíduos encaminhados para diversos destinos, sendo que a prioridade de encaminhamento está de acordo com a hierarquia do tratamento de resíduos.

RESÍDUOS	DESTINO	2017	2018	2019	2020
Resíduos Urbanos indiferenciados (ton)	CVE	22.505	20,972	23.143,14	23.333,06
	Aterro resíduos banais	0,000	0,000	0,00	0,00
Refugo – CPR (ton)	CVE	2,150	3,762	3.191,32	6.614,83
	Aterro resíduos banais	0,000	0,000	0,00	0,00
Subprodutos Animais (ton)	CPSA/CVE	4,866	6,516	5.664,42	5.151,42
	Aterro resíduos banais	1.719	0,915	0,20	0,00
	CVE	0,000	0,000	973,38	2.360,26
Resíduos industriais Perigosos (ton)	Aterro resíduos perigosos	0,040	0,018	30,69	15,99
	Aterro resíduos banais	0,000	0,000	1,09	0,00
	CVE	0,032	0,056	54,15	69,24
Resíduos industriais Banais (ton)	Aterro resíduos banais	0,031	0,015	2,92	15,74
	CVE	0,249	0,302	3.232,73	1.507,66
Biodegradáveis (ton)	CVO	3,704	3,847	3.129,50	2.830,59
	CVE	0,000	0,000	871,71	0,00
Resíduos ETAR e esgotos	Aterro resíduos banais	1,174	1,427	347,63	62,80
	CVE	0,000	0,000	1.293,74	1.679,42
	CVO	1,379	2,058	1.626,83	1.005,07
Monstros (ton)	CVE	2,313	2,644	2.459,05	2.549,08
Ecocentro (ton)	Reciclagem	0,033	0,060	49,26	39,31
Outros resíduos urbanos	Aterro resíduos banais	0,000	0,000	0,00	1,36
	CVE	0,394	0,382	324,30	539,12
RCDs e terras e pedras	Aguarda destino	1,811	3,098	868,37	723,60

## RECEÇÃO DE REFUGO POR ILHA

A TERAMB também recebe refugo proveniente dos diversos Centros de Processamento de Resíduos localizados em todas as ilhas com exceção de S. Miguel.

Em **2020** destaca-se a receção de refugo provenientes de limpezas de passivo ambiental ao abrigo do apoio excecional publicado na **Portaria n.º 81/2019 de 10 de dezembro de 2019** e prorrogado até ao final do ano pela **Portaria n.º 51/2020 de 5 de maio de 2020**



## REDE INTEGRANTE DE VALORIZADORES DE PNEUS

A TERAMB faz parte da rede integrante de valorizadores de pneus, recebendo quer pneus inteiros da Região Autónoma dos Açores. Após, os testes iniciais, em finais de 2018, concluía-se pela viabilidade de valorização energética, pelo que celebrou-se um contrato com a VALORPNEU. Em **2020** recebeu-se 925,90 ton, **valorizando-se 1.092,64 Ton** (inclui stock que transitou de 2019) e ficou em stock, para o ano de 2021, 68,160 toneladas.

## A VALORIZAÇÃO ORGÂNICA

A Valorização Orgânica da fração verde e lamas agroalimentares, através da sua compostagem, constitui uma forma de valorização enquadrada dentro da hierarquia dos resíduos. A sua promoção é um dos objetivos da TERAMB, promovendo a valorização de resíduos que de outro modo constituiriam um passivo ambiental.

No âmbito dos projetos de I&D, obteve-se no final do ano 2019, em parceria com a Universidade dos Açores e Fundação Gaspar

Frutuoso, a aprovação do projeto INTERREG, Mac 2014-2020, VERCOCHAR - "*Vermicompost, compost y biochar, herramientas para la adaptación al cambio climático, la prevención y mitigación de los efectos derivados de los riesgos naturales en el medio agrícola y forestal*" onde se pretende analisar a incorporação no solo de resíduos orgânicos compostados (composto e vermicompostagem).

Pretende-se a obtenção de um processo aeróbio simplificado em meio aberto com revolvimento periódico com volteadora, o mais eficaz possível.

Em 2020, obtiveram-se os primeiros resultados:

 Melhoria do processo de compostagem de lamas e resíduos de podas e jardinagem, reduzindo o tempo de 4 meses e meio para 2 a 3 meses.

 Redução de emissões gasosas desfavoráveis (CH<sub>4</sub> e H<sub>2</sub>S).

 Retoma da atividade de compostagem de forma mais estruturada.

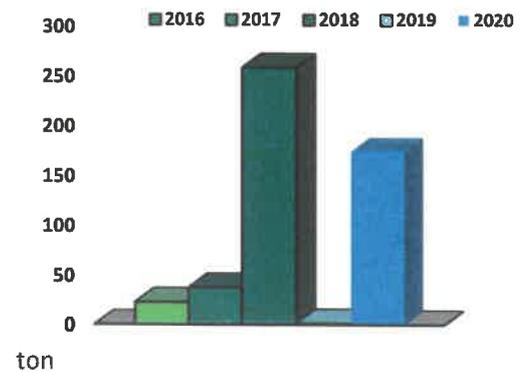
 Composto de elevada qualidade química

## A VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

Na CVE ocorre a valorização energética dos resíduos indiferenciados. Neste processo, o calor resultante da queima controlada, por grelhas, dos resíduos a uma temperatura superior a 850°C, é convertido em energia elétrica sendo esta energia exportada para a rede pública através de uma linha de média tensão. Durante o ano de 2020, valorizou-se **97,39%** dos resíduos que deram entrada na instalação, mantendo-se a receção de resíduos provenientes dos CPR, dos subprodutos animais e lamas.

Como produto final desta participação, obter-se-á um *dossier* que permite a certificação do composto e divulgação junto da comunidade e dos agricultores.

## VENDA DE COMPOSTO



As sinergias e a partilha de infraestruturas continuará a ser uma orientação a seguir, contribuindo assim, para uma verdadeira economia circular.

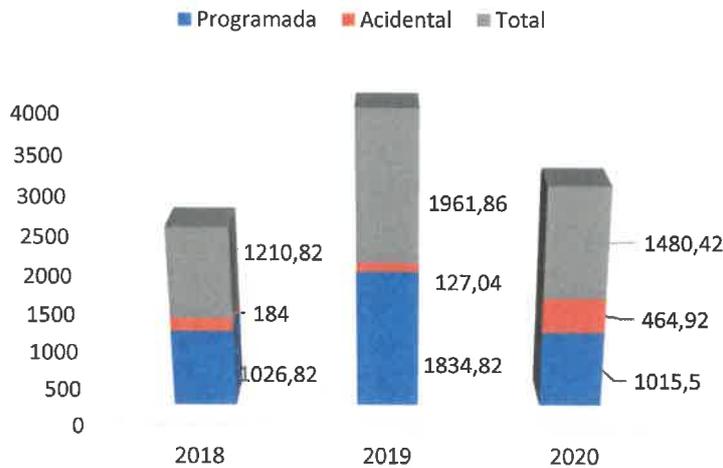
A quantidade de resíduos incinerados durante o ano foi de **39.000,00** toneladas.

relacionado com a diminuição dos tempos de paragens para manutenção programada.

Comparativamente a 2019 registou-se um aumento dos níveis de resíduos incinerados,



Numero de horas de paragem da CVE



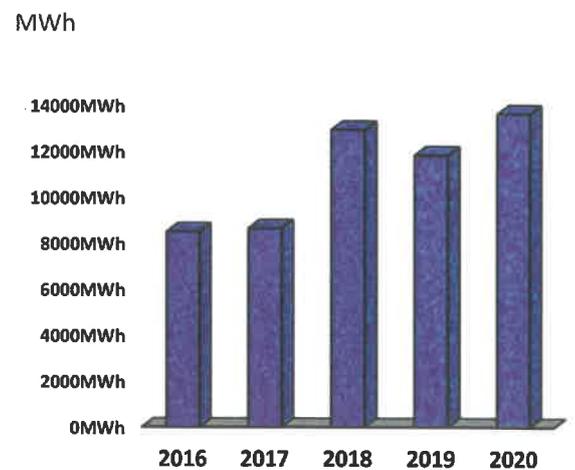
Foram realizadas duas paragens programadas, que corresponderam a **42** dias de manutenção programada. Salienta-se o aumento do número de horas de paragem acidental, relacionados essencialmente com o desgaste normal da caldeira.

## PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE

Em termos de energia produziu-se cerca de **13.651,13** MWh ano, um aumento relativamente a 2019 (11.845,00 MWh) relacionado com o número de dias necessários para a manutenção preventiva. Destaca-se ainda a exportação de energia térmica (vapor) para o CPSA.

A eletricidade exportada em 2020 pela CVE correspondeu a cerca de **7,20 %** do total de energia produzida na ilha Terceira e ao consumo energia equivalente de cerca de **12.600 habitantes** (consumo doméstico).

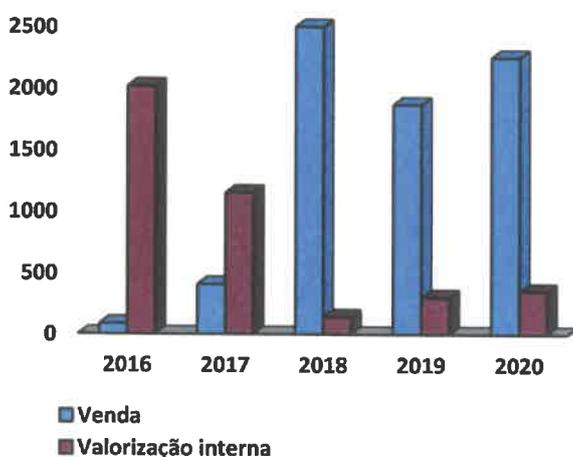
## PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE



## SUBPRODUTOS OBTIDOS DA INCINERAÇÃO

Do processo de combustão de resíduos resultam ainda escórias e metais ferrosos, que são separadamente recuperados, sendo estes materiais ferrosos encaminhados para posterior reciclagem. Relativamente às escórias, os seus componentes potenciam uma utilização como material granular substituindo os solos ou os agregados naturais obtidos na indústria extrativa, mas também é um subproduto que tem potencial relevante, em obras de construção e estradas. As cinzas produzidas na Central foram tratadas na unidade de inertização e, posteriormente foram transportadas para o aterro.

### VALORIZAÇÃO DE ESCÓRIAS INERTES



## CONFINAMENTO TÉCNICO E MINERAÇÃO / LANDFILL MINING AND RECLAMATION

Em complemento à hierarquia dos resíduos, sempre que não seja possível valorizar os resíduos de outra forma, o confinamento técnico constitui a última opção de tratamento. No período em apreço a TERAMB encaminhou para confinamento técnico os resíduos de esgotos, cinzas e resíduos industriais banais não combustíveis e não passíveis de valorização. É de salientar o esforço no sentido da **deposição negativa em aterro**.

De facto foram depositados em aterro de resíduos banais (operação D1) **1.659,26** toneladas e recuperadas na atividade de mineração **3.160,00** toneladas, o que perfaz um balanço de **-1.500,74** toneladas depositadas.

A mineração permite otimizar a reutilização de recursos naturais, pela oportunidade que se cria não só pela valorização de espaços mas pela diminuição dos impactes ambientais.

Por outro lado, permite criar valor para os materiais recuperados.

Este projeto encontra-se no quinto ano de execução, podendo concluir pela sua viabilidade e pela deposição negativa em aterro, em linha com as políticas europeias. No entanto, é necessário melhorar a atividade, pelo que será uma área a investir enquadrada em programas de investigação,

desenvolvimento e inovação na gestão de resíduos.



## A RECUPERAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL

ANO	RESÍDUOS RECUPERADOS (TON)	RESÍDUOS DEPOSITADOS (TON)	SALDO (TON)
2016	10.880,06	7.092,80	-3.787,26
2017	3.337,48	3332,849	-4,63
2018	8.399,55	3267,14	-5.132,41
2019	1.111,65	906,46	-205,19
2020	3.160,00	1.659,26	-1.500,74

## 2. O EFEITO DA PANDEMIA

Desde o início deste período de exceção, a prioridade da TERAMB foi defender a saúde e bem-estar de todos os colaboradores e da comunidade em geral, assegurando a continuidade das operações, dada a natureza essencial da sua atividade.

### *IMPACTO REGULATÓRIO*

No dia 18 de março de 2020 foi decretado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março. O Decreto n.º 2-A/2020 procede à execução da declaração de estado de emergência, com o confinamento obrigatório, a obrigatoriedade de adoção do teletrabalho e a definição de serviços essenciais, nos quais consta o fornecimento de eletricidade e o tratamento de resíduos.

A Resolução do Conselho do Governo n.º 63/2020, de 17 de março, procede à declaração da situação de contingência em todo o território da Região Autónoma dos Açores, tendo a Resolução do Conselho do Governo n.º 65/2020, de 19 de março, determinado que todos os passageiros de voos do exterior que aterram na Região estejam obrigados a cumprir um período obrigatório de quarentena de 14 dias e a Resolução do Conselho do Governo n.º 77/2020 de 27 de março de 2020 determinou o confinamento obrigatório a todos os passageiros em hotel.

O Despacho n.º 3547-A/2020 de 22 de março que procede à execução da declaração do estado de emergência, assegurando o funcionamento das cadeias de abastecimento de bens e dos serviços públicos essenciais, designadamente a gestão de resíduos, definindo as condições de funcionamento em que estes serviços devem operar.

Foram ainda emanadas orientações pela Direção Regional do Ambiente e ERSARA referente à recolha e tratamento de resíduos na RAA, do qual se destaca nesse trimestre a ORIENTAÇÕES PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS NO CONTEXTO DE PANDEMIA POR COVID-19 Versão 01 – 18/03/2020.

Nessa orientação é definido que nas ilhas onde existam casos confirmados de infeção por COVID-19, deve ser suspenso o tratamento mecânico dos resíduos provenientes da recolha indiferenciada, os quais devem ser encaminhados, sem qualquer triagem prévia, para incineração ou, quando tal não seja possível, eliminados em aterro.

Nas ilhas onde existam casos confirmados de infeção por COVID-19, os resíduos recolhidos seletivamente através dos ecopontos devem ser submetidos a um período de armazenagem mínimo, de 48 horas para o papel/cartão e de 96 horas para os restantes materiais, prévio ao seu processamento na unidade de triagem.

Posteriormente, na sequência de dúvidas interpretativas relativamente à Circular Informativa nº 22 da Direção Regional da Saúde (DRS), de 25 de março de 2020, foram enviados, por ofício, a 7 de abril, aos operadores de gestão de resíduos, esclarecimentos sobre alguns procedimentos.

A 4 de maio de 2020 foi aprovada a Resolução do Conselho do Governo nº 123/2020, que fixou o calendário de reabertura de infraestruturas e estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, mediante o cumprimento das normas de proteção e higienização. Deste modo com o fim do estado de emergência e passagem ao estado de calamidade e consequente reabertura foi emanada nova orientação pela Direção Regional do Ambiente e ERSARA, ORIENTAÇÃO Nº 03/2020 11 de maio de 2020 GESTÃO DE RESÍDUOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA POR SARS-COV-2 (COVID-19) – REABERTURA DE INFRAESTRUTURAS E ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Refira-se ainda a Lei n.º 12/2020 de 7 de maio que adota novas medidas no âmbito do regime excecional estabelecido pelas Leis nºs 4 -B/2020, de 6 de abril, e 6/2020, de 10 de abril, com vista a promover e garantir a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID -19, no qual se destaca que o exercício das empresas locais relativo ao ano de 2020 que tenham sido comprovadamente afetados pela situação de emergência, não releva para a verificação das situações previstas no n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, isto é, as referentes à sua dissolução.

Por último destaca-se ainda as restrições relativo a deslocações à Região de entidades externas, incluindo-se as empresas públicas, salvo as estritamente necessárias e ainda ao encerramento dos estabelecimentos de ensino incluindo creches.

### **IMPACTO OPERACIONAL**

A pandemia Covid-19 teve implicações na generalidade das operações, com especial ênfase no departamento da VMAL com redução do número de horas de funcionamento, no planeamento da paragem programada da CVE que foi adiada para o 2º trimestre. Foi ainda adiada a monitorização pontual das emissões atmosféricas da CVE, a manutenção preventiva desse sistema e ainda a inspeção

dos equipamentos de sobrepessão dado a impossibilidade de deslocar os prestadores de serviços do exterior, tendo sido dado conhecimento às respetivas entidades, tendo as mesmas apenas sido realizadas no 3º trimestre. Os resultados da campanha de compostagem e o respetivo controlo de qualidade foram também adiadas uma vez que os laboratórios interromperam a sua atividade, tendo apenas retomado no final do ano.

Contudo a implementação rápida e antecipada de medidas previstas no plano de contingência que se foram alterando em função da situação pandémica e das perspetivas de evolução do número de casos positivos e suspeitos, permitiu a continuidade das operações no período de confinamento., e que as operações decorressem dentro de uma certa normalidade sem se registarem interrupções relevantes na prestação do serviço ou no fornecimento de energia.

As atividades operacionais e de investimento estão dependentes de cadeias de fornecimento locais e globais, pelo que os efeitos negativos da pandemia na atividade da empresa foram minorados como uma gestão ativa dos fornecedores e dos fornecimentos críticos, que permitiram mitigar significativamente os impactos desta crise.

### ***Colaboradores***

A aposta na digitalização foi fundamental nesta resposta à pandemia, permitindo colocar 100% dos trabalhadores do setor administrativo em teletrabalho. Para os colaboradores que se mantiveram na linha da frente e garantiram a continuidade do tratamento de resíduos e fornecimento de energia, procedeu-se ao reforço das atividades de limpeza e desinfeção, entrega de equipamento de proteção individual e ainda a manutenção de equipas em quarentena.

Quanto à gestão dos recursos humanos optou-se por diferentes abordagens conforme o setor de atividade da empresa. Assim, sempre que se perspetivou, transmissão comunitária e nível de risco médio, optou-se por turnos em espelho de 12 horas diárias, 7 dias por semana, seguido de pausa de 16 dias, mantendo-se sempre desta forma, equipas em quarentena, salvaguardando-se a continuidade do serviço. Para o efeito, foi assinado um Acordo com os trabalhadores da CVE, aplicando-se o regime de adaptabilidade grupal conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, o qual foi dado conhecimento à Inspeção do Trabalho e Sindicato.

Durante o ano houve alguns colaboradores que por indicação da DRS tiveram de permanecer no domicílio em quarentena por contacto próximo de risco, mas que tendo em conta as medidas tomadas não implicou a suspensão de nenhuma atividade.

## IMPACTO CONTABILÍSTICO

Do ponto de vista financeiro, não houve impacto no volume de negócios, mas mantem-se uma tesouraria com importantes vulnerabilidades especialmente a curto prazo, por atrasos no pagamento por parte dos clientes. Acresce a esta dificuldade a necessidade de garantir stocks mais alargados de forma salvaguardar alguma interrupção na cadeia de fornecimentos de bens e materiais imprescindíveis ao funcionamento.

Importa destacar os seguintes impactos nos diferentes segmentos de negócio:

- 1) Ao nível da exposição ao risco de crédito, verificou-se um incremento no atraso de pagamentos. No entanto, a existência de um portfólio muito diversificado de clientes, permitiu mitigar estes impactos.
- 2) Forte contenção na aquisição de bens e serviços e investimentos. A contenção por um lado esteve relacionada com a cautela de uma manutenção alargada do lockdown e um eventual aumento no atraso de pagamentos e, por outro lado, com a dificuldade de garantir o fornecimento de bens e serviços vindos de fora da região.

### 3. O INVESTIMENTO

Continuaram-se os trabalhos referentes ao projeto **INFRAESTRUTURA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL** financiado pelo Programa Operacional Açores 2020 alusivo ao loteamento de 14 lotes industriais. A TERAMB em complemento à atividade que desenvolve atualmente propõe-se a implementar um investimento estruturante na Zona Industrial de Angra do Heroísmo, visando a instalação de um novo centro de acolhimento empresarial. Este é um projeto que estava a ser planeado há algum tempo, em articulação com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, e que se insere na estratégia de dinamização do desenvolvimento empresarial da ilha Terceira.

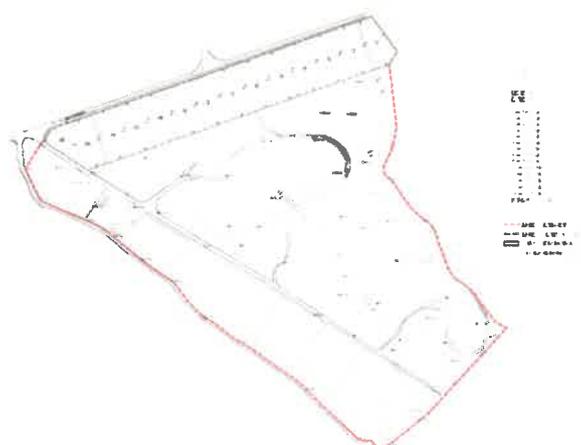
A infraestruturização destes lotes, que abrangerão uma área disponível para empresa de **67.058 m<sup>2</sup>**, terá um investimento de cerca de **€922.994,00**, aliado a condições únicas e inovadoras para as empresas a acolher. Uma das valências mais relevantes é a possibilidade de fornecimento de energia elétrica e térmica a partir da Central de Valorização Energética.

Não obstante, historicamente, o prédio foi utilizado como lixeira e vazadouro de lamas das estações de tratamento de águas residuais da ilha Terceira, não apresentando, atualmente, as condições necessárias para uma instalação imediata das novas infraestruturas.

Há, assim, a necessidade de se proceder a trabalhos de remoção, limpeza e regularização da orografia dos terrenos, de modo a preparar a área para os trabalhos subsequentes de infraestruturização. O projeto implica, por isso, as seguintes componentes de intervenção:

-  Limpeza e regularização do terreno;
-  Infraestruturas de águas comunicações;
-  Rede elétrica e de vapor (água quente).

Deste modo em **2020**, concluída a primeira dos trabalhos com a limpeza e regularização, dá-se início à construção da rede de energia térmica e de eletricidade, cuja consignação da empreitada foi a 9 de junho de 2020 pelo valor de 689.985,00€. A solução proposta inclui a construção de uma rede de água quente, sendo o aquecimento obtida a partir da instalação de 2 permutadores em paralelo sendo o regime de funcionamento entre os 75/55°C.





maio, 2019



Dezembro, 2020



julho, 2019



outubro, 2019



Dezembro, 2019


 GOVERNO  
DOS AÇORES

 UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu de  
Desenvolvimento Regional

Foi submetido ao Programa Operacional Açores 2020, eixo 6, sub-eixo 6.1- investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros, a candidatura **VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS – MINERAÇÃO**, no valor de €1.727.371,45.

Com este projeto a TERAMB propõe-se a implementar um investimento inovador na valorização de resíduos específicos contribuindo para eliminar um passivo ambiental. Este é um projeto que está a ser implementado há algum tempo, em fase experimental pretendendo-se agora desenvolver à escala industrial. A recuperação de materiais depositados em aterro sanitário permite otimizar a reutilização de recursos naturais, pela oportunidade que se cria não só pela valorização de espaços onde se encontram esses aterros, mas pela diminuição dos impactes ambientais constituindo uma atividade inovadora no âmbito da Economia Circular. Esta é uma lacuna estrutural que a operação perspetiva colmatar, proporcionando condições para o aumento das metas de reciclagem por via da recuperação de metais. Ressalve-se que o projeto prevê a reconversão de bolsas para espaços para plantio de espécies arbóreas, destinado atualmente a aterro (e, portanto, sem qualquer capacidade de criação de valor), que favorecerá a eliminação de um passivo ambiental muito relevante e permitirá uma valorização de resíduos na ótica de hierarquias de tratamento.

O projeto inclui uma unidade de triagem fixa a instalar num armazém a construir, de forma a poder-se laborar todo o ano. Pretende-se com esta unidade instalar equipamentos onde os resíduos sejam separados mediante processos exclusivamente mecânicos, funcionando independentemente das

condições climáticas. A linha de triagem permitirá a separação das seguintes frações:- Fração solo e pedras;- Fração combustível;- Metal ferroso.

Foram realizados outros trabalhos de **BENEFICIAÇÃO DO CPSA E DA GYE**, no valor de €28 218,51, referentes à beneficiação do refratário da fornalha, substituição parcial dos sobreaquecedores e ainda do extrator de escórias.

## 4. COLABORADORES

A gestão de recursos humanos tem uma grande relevância dentro da empresa pela ponte que faz entre as necessidades individuais e as organizacionais.

No final de 2020 eram 40 colaboradores distribuídos por 2 departamentos cuja média de idade se situa nos 39 anos. Destes cerca de 17,50 % têm qualificação superior, sendo 87,50 % homens e 12,50 % mulheres. Esta disparidade, em grande medida, é resultante na natureza tradicionalmente masculina deste tipo de serviço. No entanto se analisarmos do ponto de vista de distribuição de cargos de direção/administração, a percentagem altera-se, 60 % mulheres e 40% homens.

Mantém-se em vigor o **Plano de Formação para o período 2019-2021** com base no diagnóstico realizado em 2018, das necessidades de formação assente em 4 fases: análise

organizacional, análise individual, análise funcional e análise técnica.

Na sequência de negociação com o sindicato, SINTAP, foi revisto o **Acordo de Empresa (AE)**, nomeadamente pela aprovação do **Regulamento de Avaliação de Desempenho** e compromisso que durante o primeiro semestre de 2021 seja introduzido critérios de avaliação de risco.

A TERAMB tem apostado na formação continua e desenvolvimento das competências profissionais, promovendo também iniciativas internas que promovam a comunicação. A formação incluiu ações na área da segurança, higiene no trabalho e, no âmbito de uma prestação de serviço, formação para operadores, chefes de turno, manutenção e engenharia, de 130 horas anuais, referente ao sistema de supervisão e controlo da CVE.

### NÚMERO DE COLABORADORES

CARGO/CARREIRA/CATEGORIA	DCVE	DVMAL	TOTAL
DIRETOR-TÉCNICO	1	1	2
TÉCNICO SUPERIOR	1	2	3
ASSISTENTES DE GESTÃO	6	1	7
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	-	1	1
TÉCNICOS ALTAMENTE QUALIFICADOS	9	-	9
ASSISTENTES OPERACIONAIS	6	12	18
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO	23	17	40

## 5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Em 2020, o volume de negócios foi de **3 117 327,99€** o que representa um ligeiro aumento de cerca de **3%** relativamente a 2019, sendo que **41,68 %** refere-se às vendas essencialmente como resultado da venda de eletricidade produzida pela CVE e **58,32 %** a prestações de serviço. A estes valores acresce **1.295.481,21€** proveniente da imputação de subsídio ao investimento concedido pelo POVT e ainda **100.054,49€** relacionados com ganhos em inventários

O **acréscimo no volume de negócios** está essencialmente relacionado com o aumento da prestação de serviços relacionada com a entrada de resíduos provenientes de limpeza de passivos ambientais na Região Autónoma.

### EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

RUBRICAS (€)	2016	2017	2018	2019	2020
Eletricidade*	667 044,87	672 963,57	1 153 562,27	1 099 083,57	1 239 392,99
Escórias inertes	82,92	408,52	3.002,62	6.392,82	<b>7.895,13€</b>
Composto	292,00	372,40	2.043,41	13,30	<b>1.633,60€</b>
Sucata	0,00	8.250,00	7.268,70	1.597,70	<b>2.774,60€</b>
Acertos venda eletricidade (anos anteriores)**	-	-	-	90.000,00	-
<b>Total de Vendas</b>	<b>814.270,43</b>	<b>524.881,91</b>	<b>1.157.270,31</b>	<b>1.247.447,79</b>	<b>1 265 839,06</b>
Contrapartidas- SMAUT	0,00	43.212,98	53.944,02	210.070,1764	<b>251.836,52€</b>
Prestação de Serviços	1.067.617,51	1.209.362,26	1.463.707,28	1.781.022,57	<b>1.299.652,41</b>
<b>Total Volume de Vendas +Serviços</b>	<b>1.881.887,94</b>	<b>1.734.244,17</b>	<b>2.620.977,59</b>	<b>3.028.470,36</b>	<b>3 117 327,99</b>

\*liquido (inclui deslustragens) \*\*Acertos referentes as custos reconhecidos pela ERSE

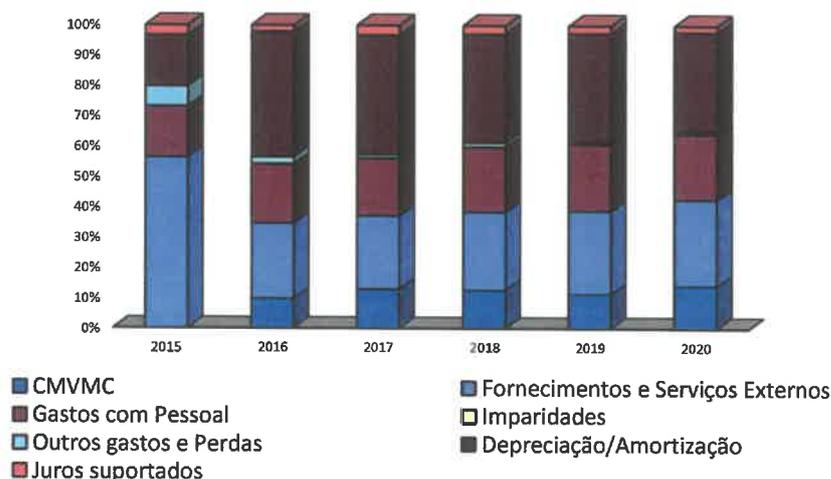
As despesas correntes com um valor de **2 811 953,67€** representam uma execução orçamental de **98 %**. Os gastos com fornecimento e serviços externos tiveram uma execução orçamental **98%** enquanto a rubrica do gasto de pessoal ascendeu a **93%**. No concerne aos gastos com o pessoal contratou-se um pessoa para substituição direta de colaborador que solicitou rescisão de contrato, tendo-se mantido a progressão salarial conforme resulta do Acordo Coletivo. Analisando do ponto de vista de peso no orçamento da despesa, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas contabilizou **14 %**, os gastos com fornecimento e serviços externos tem um peso de **28%** no orçamento da empresa enquanto os gastos com o pessoal representaram **22%** do orçamento executado. **De uma**

forma global todos os valores estão dentro do esperado, mantendo-se o esforço de controlo e redução da despesa.

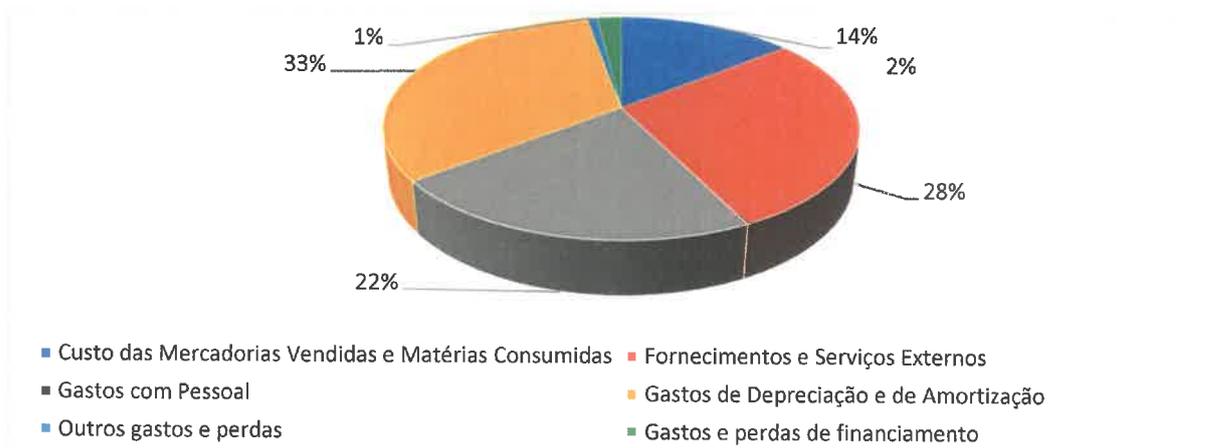
No que se refere aos gastos associados ao investimento e aos outros gastos e perdas, verifica-se que os gastos de depreciação e de amortização, no valor de **1.429.090,21€**, representando **33%** do orçamento executado, enquanto os gastos e perdas de financiamento ascendem a **86.459,99€**, com execução de **2%**, concluindo-se que estas rúbricas apresentam execução dentro do orçamentado.

No que se alude às Imparidades, mantém-se uma gestão do risco de crédito de forma a garantir a cobrança efetiva dos valores faturados, promovendo contactos e contratualizando uma prestação de serviços para a cobrança de dívidas. Com base no trabalho, foram constituídas, com base no valor de **1.218,07€**.

### EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS



### ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CUSTOS



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR FUNÇÕES/OPERAÇÃO

A leitura da demonstração de resultados por funções terá de ter em consideração que se imputou na atividade da mineração e valorização dos SPOA, o custo de tratamento na CVE e o benefício indireto resultante da produção de eletricidade em função do rendimento real da CVE (400 kwh/ton de produção).

Os resultados operacionais revelam que a valorização energética é uma operação positiva, mas que as atividades de pré-tratamento dos SPOA e da mineração apresentam resultados negativos. Saliente-se neste ponto que a atividade da mineração manteve-se dentro do esperado (<3500 ton/ano), sendo uma atividade exercida sem qualquer contrapartida financeira.

	Valorização Energética	Valorização SPOA	Mineração
Resíduos tratados (ton)	39.000,00	5.151,92	3.160,00
Vendas e Prestações de Serviços (€)	2 273 931,59	287 949,72	0,00
Benefício indireto (€)	0,00	227 508,79	139 545,60
Custos Operacionais (€)	2 054 041,68	524 262,25	165 970,20
Resultados Operacionais (€)	219 889,92	-8 803,74	-26 424,60

Na seguinte tabela podem ser observados os custos unitários de cada uma das áreas de atividade, tendo por base os custos operacionais diretos e indiretos.

CUSTO POR OPERAÇÃO	2017	2018	2019	2020
<b>Valorização Energética</b>				
Quantidade de Resíduos Incinerados (ton)	31.096,58	41.990,98	33.119,00	39 000,00
Custo Operacional (€)	-1.505.697,18	-1.749.970,68	-2.279.534.32	-2 054 041,68
Custo unitário (€/ton)	48,42	41,67	53,59	52,67
<b>Recuperação do Passivo Ambiental</b>				
Quantidade de Resíduos Minerados (ton)	7.521,80	11.050,00	3.500,00	3 160,00
Custo Operacional (€)	-73.001,90	-666.532,7	-77 137,41	-72 887,07
Custo unitário (€/ton)	32,08	29,52	22,04 €	23,07 €
<b>Tratamento de SPOA</b>				
Quantidade de Resíduos (ton)	3.757,07	4.916,90	5.670,66	5 151,92
Custo Operacional (€)	- 281.723,16	-302.798,27	-410.122,55	-524 262,25
Custo unitário (€/ton)	57,19	40,74	52,37	54,43 €

## INDICADORES

Os rácios constituem uma das diversas técnicas base da análise financeira de uma empresa, pois contemplam uma grande quantidade de informação financeira. Além disso, permitem a comparação do desempenho económico-financeiro da empresa.

Os indicadores financeiros evidenciam algum equilíbrio financeiro de liquidez, no entanto, pode-se concluir que os níveis de tesouraria revelam importantes vulnerabilidades, incluindo uma ligeira diminuição relativamente a 2019, o que demonstra fragilidade para situações de curto prazo.

Essa vulnerabilidade resulta das orientações dos sócios que pretendem garantir um tarifário adequado à situação económica e social da Ilha Terceira, mantendo apenas a cobertura da despesa corrente, o que não permite a recuperação dos gastos económicos e financeiros relativo ao envelhecimento das infraestruturas.

De acordo com o estudo inicial realizado, as estimativas dos valores anuais das tarifas entre 2015 e 2026, são as estabelecidas na tabela 1, ao qual por via dos contratos programas acresceriam as compensações financeiras, por parte dos sócios, cujo valor estimado em cada ano teria por base o reequilíbrio financeiro e a cobertura do défice de exploração da TERAMB, EEM (tabela 2), permitindo, desta forma, garantir a sustentabilidade financeira do investimento

Tabela 1. Taxa média ponderada total de recepção de resíduos, em euros

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa Média	23,39	30,46	30,56	30,86	30,97	29,73	29,85	29,99	30,13	30,28	30,45	15,28

Tabela 2. Valores das compensações financeiras, em euros

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa Média	0	190.414	194.461	206.470	211.027	160.956	166.083	171.524	177.296	183.419	189.914	0

Na tabela abaixo compara-se a evolução do tarifário dos diversos operadores de gestão. Como pode ser verificado das tabelas mencionadas, o atual tarifário, está abaixo do esperado, não permitindo a recuperação dos gastos, nem por via do contrato programa não sendo recebidas compensações. Por outro lado, comparando com o panorama nacional, o atual tarifário, apenas é equiparado a empresas que apenas gerem aterros sanitários e recolha seletiva.

TARIFAS €/ ton	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Infraestruturas
Ambilital	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	Aterro/TMB/CDR/ Biogás
Ambisousa	16,03	16,25	16,48	22,36	22,63	22,56	Aterro Sanitário para RU /Triagem/ Biogás
Ecolezíria	40,00	44,00	44,00	44,00	53,45	53,45	TMB/Biogás
Gesamb	35,10	35,10	40,00	42,00	42,50	43,00	TMB/Biogás
Lipor	55,22	56,54	57,39	58,25	58,95	59,42	TMB/CVE/Aterros
Musami	31,80	32,60	32,22	33,59	34,26	35,90	Aterros/TMB
Resialentejo	56,63	58,12	58,12	58,12	58,12	58,12	Aterros/TMB
Resíduos do Nordeste	34,53	36,70	37,23	44,19	44,40	46,09	Aterros/TMB
RSTJ - Resitejo	32,00	40,00	40,00	44,48	43,07	51,95	Aterros/TMB
Teramb	24,46	25,00	25,00	25,50	25,50	26,00	CVO/CVE/Aterros/ Mineração
Tratolixo	58,58	54,78	45,98	47,32	46,77	45,76	CAD/TM/Aterro

Os rácios de endividamento (autonomia financeira e solvabilidade) demonstram a forte dependência em financiamento de investimento através de capitais alheios, seja por empréstimo seja por subsídios ao investimento provenientes de fundos comunitários. O valor do rácio de solvabilidade, pela mesma razão, reflete falta de capacidade da TERAMB em satisfazer todos os seus compromissos através de meios próprios.

O rácio de rentabilidade dos capitais próprios apresenta-se positivo, em consequência do resultado obtido.

INDICADORES	2017	2018	2019	2020
<i>Liquidez Geral</i>	1.68	2.16	2.25	1,74
<i>Liquidez Reduzida</i>	1.38	1.46	1.60	1,13
<i>Liquidez Imediata</i>	0.53	0.28	0.12	0,04
<i>Solvabilidade</i>	3.55	3.69	3.69	3,63
<i>Autonomia Financeira</i>	78.03	78.67	78.69	78,41
<i>Rentabilidade Capitais Próprios</i>	-1.75	0.00	0.012	0,01
<i>Prazo Médio Recebimentos</i>			103	69
<i>Prazo Médio Pagamentos</i>			259	228
<i>Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores (PMP)</i>			25	21
<i>– Despacho n.º 9870/2009</i>				

## 6. BALANÇO E RESULTADOS

O Total do ativo ascendeu a **34.988.312,70€**, enquanto o passivo totaliza **7.554.753,04€**. No que se refere aos capitais próprios, estes apresentam um total de **27.433.559,66€**, sendo **1.950.000,00€** correspondente ao capital subscrito, **43.811,97€** a reservas legais, **229.259,41€** a outras reservas, **294.473,63€** relativos a resultados transitados, **24.745.452,79€** de outras variações do capital próprio. Estes valores foram acrescidos em **70.561,86€** provenientes do resultado líquido do período.

A empresa contraiu um financiamento bancário com vista a financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, o qual é disponibilizado sob a forma de descoberto eventual, até ao montante máximo de 5.000.000,00€, utilizáveis no prazo de vinte e sete meses. Em outubro de 2017 o valor à data em dívida no montante de 2.200.000,00€ foi convertido num financiamento amortizável em 11 anos, com um período de carência de capital de 12 meses. O montante a reembolsar durante o exercício de 2019 encontra-se registado como passivo corrente.

### EVOLUÇÃO DO BALANÇO

BALANÇO (€)	2016	2017	2018	2019	2020
Ativo não corrente	36.932.442,53	35.524.601,54	34.169.718,78	33.413.386,31	32.457.638,20
Total ativo	38.795.640,59	37.139.732,17	36.133.957,76	36.017.502,82	34.988.312,70
Inventário final	101.608,79	291.952,96	635.321,17	750.170,23	883.792,23
Capital Próprios	30.567.829,37	28.972.052,31	28.424.980,48	28.351.666,12	27.433.559,66

No período em referência a empresa faturou **3.117.327,99€** (valor sem IVA) tendo como resultados operacionais antes de impostos **178.011,64€**. Este resultado está acima do previsto no orçamento porque se mantém a extraordinária contenção da despesa em fornecimentos e serviços externos.

## **7. DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

O Conselho de Administração da TERAMB informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Mais informa o Conselho de Administração que a TERAMB tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, o mesmo sucedendo com a administração fiscal.

## 8. PERSPETIVAS FUTURAS

O exercício de **2020** está indelevelmente marcado pela pandemia e por isso um ano atípico em função dos efeitos causados pela pandemia do novo coronavírus. No entanto, pelo facto de a TERAMB ter-se preparado com antecipação, já existindo na empresa plataformas administrativas, permitiu que a empresa se mantivesse a funcionar sem perdas de produtividade. Em termos operacionais decorreu em linha com o previsto, quer em termos do volume de negócios e volume de pagamentos, quer em termos de operação e produção.

Para **2021**, esperamos um aumento entre 10% e 15% do volume de negócios, em linha com o que tem acontecido nos últimos anos, relacionados com a tendência de aumento da remuneração da eletricidade e ainda pelo facto do tarifário ter sido revisto, em linha com a inflação prevista.

Um dos objetivos será melhorar o prazo medio de pagamento a fornecedores e a introdução da faturação eletrónica, uma vez que a faturação automática foi implementada, com sucesso, em 2020. Iremos também consolidar os investimentos que se iniciaram em anos anteriores, e ainda iniciar investimentos na atividade de mineração., cuja candidatura foi aprovada em fevereiro de 2021.

No entanto, este otimismo terá de ser balanceado com alguns fatores que ao momento desconhecemos a sua evolução. À data de fecho do relatório, a pandemia que afetou a generalidade dos países com consequências imprevisíveis ainda quer em termos de saúde pública quer em termos de economia mundial, leva-nos a ser cautelosos.

Portugal, durante o **primeiro semestre de 2021**, tem a Presidência do Conselho da UE. As principais prioridades são: uma recuperação justa (pilar social), a transição digital e a transição climática. No que diz respeito à transição climática, a principal prioridade é a adoção da Lei do Clima da UE que conduzirá a uma Europa neutra do clima até 2050, em que, o Governo português manifestou a ambição de adotar esta Lei do Clima da UE durante a sua Presidência. Esperançosamente, será possível ter uma lei climática adotada durante esse semestre. Neste ponto será importante verificar as implicações a nível da descarbonização e as licenças de emissão para este setor.

Por outro lado, alterações legislativas como a taxa de remuneração da eletricidade, e a adoção da nova lei de gestão de resíduos que transpõe para o direito nacional todos os objetivos das Diretivas da Economia Circular, nomeadamente os objetivos de reciclagem da Economia Circular da UE, as

obrigações de recolha de resíduos biológicos e os objetivos de minimização de resíduos, trazem novos reptos.

Também inclui uma proibição de aterro, para 2030, para resíduos recicláveis e para resíduos que podem ser recuperados, incluindo recuperação de energia. Esta nova legislação também inclui um aumento significativo no imposto sobre aterros e agravamento das taxas de gestão de resíduos reперcutível e não reперcutível.

Encontra-se ainda em discussão a revisão da Diretiva Lamas face às expectativas atuais, e a regulação de alguns poluentes que eventualmente poderão ser encontrados nas lamas contaminantes emergentes como por exemplo os microplásticos.

Deste modo, perspectiva-se que o **ano de 2021**, ainda seja caracterizado por uma elevada incerteza, cuja recuperação económica e financeira dependerá fortemente do efeito das medidas mitigadoras. Contudo a TERAMB, demonstrou capacidade de resiliência e de rápida reposta face aos desafios que foram colocados, e a pandemia demonstrou a importância da tecnologia e da digitalização para a sobrevivência e o crescimento das empresas, pelo que o caminho continuará pelo desenvolver plataformas com ferramentas avançadas.

Assim, o ano de **2021** será também a implementação de novas formas de comunicação interna e externa. Essa preparação ocorrerá em vários domínios, quer em termos de licenciamentos necessários, quer em termos técnicos e tecnológicos, quer em termos de estratégia comercial.

Para acompanhar este crescimento, esperamos também fomentar a formação dos nossos quadros e ainda implementar de uma forma sustentada e organizada os Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, focando nos procedimentos de segurança a adotar.

## 9. RESULTADOS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do n.º 5 do Artigo 66.º e do n.º 1 do Artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), assim como do Artigo 25.º dos Estatutos da Empresa, e ainda dos Artigos 21º e 24º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações, os resultados líquidos anuais devidamente aprovados terão a seguinte aplicação:

- a) Uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da sociedade é destinada à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração, até que aquela represente a quinta parte do capital social. No contrato de sociedade podem fixar-se percentagem e montante mínimo mais elevados para a reserva legal. Conforme consta dos Estatutos da Empresa a reserva não pode ser inferior a 5% do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária para a cobertura de prejuízos transitados.
- b) Uma percentagem a distribuir pelos acionistas, a título de dividendo a definir em Assembleia Geral, conforme consta da proposta de alteração dos estatutos;
- c) O restante para os fins que a Assembleia Geral delibere de interesse para a Sociedade. Neste caso e conforme consta da alínea b) do Artigo 25º dos Estatutos da Empresa para reserva para investimentos;

Deste modo, e nos termos do artigo 295º, nº1 do CSC, um mínimo de 5% é destinado à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração até que a mesma represente 20% do capital social. Sendo o capital social da Empresa de €1.950.000,00, 20%, corresponde a €390.000,00, sendo que à data de 31 de dezembro de 2020, a reserva legal é de €43.811,97 inferior ao valor mínimo global exigido pelo CSC.

Nos Estatutos, e na proposta, não existe qualquer cláusula que disponha em contrário ao preceituado na referida disposição legal.

Por lucro distribuível entende-se o resultado líquido do exercício após constituição ou reforço de reserva legal e cobertura de resultados transitados negativos, quando aplicável. Com referência a 31 de dezembro de 2020, verifica-se que a reserva legal ainda não se encontra integralmente constituída e os **resultados transitados são positivos**.

No exercício findo em 31 de dezembro de **2020** apurou-se um resultado líquido do exercício, no montante global de **170.561,86€**.

Angra do Heroísmo, 25 de março de 2021

O Conselho de Administração



Nuno Miguel Aguiar de Meneses (Presidente)



Raquel Gomes Caetano Ferreira



Maria do Anjo Condesso Ekström

## **Anexo I**

### **Demonstrações financeiras**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31. Dezembro. 2020

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	21	3.117.327,99	3.028.470,36
Subsídios à exploração	23	29.093,43	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-616.932,14	-448.936,31
Fornecimentos e serviços externos	5/10/31	-1.241.680,13	-1.079.993,79
Gastos com o pessoal	29	-953.341,40	-878.165,86
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	-1.218,07	0,00
Aumentos / reduções de justo valor	28	330,18	405,06
Outros rendimentos e ganhos	23/31	1.395.913,57	1.295.710,88
Outros gastos	5/31	-35.931,59	-40.685,76
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.693.561,84</b>	<b>1.876.804,58</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	-1.429.090,21	-1.417.734,84
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>264.471,63</b>	<b>459.069,74</b>
Juros e gastos similares suportados	11	-86.459,99	-95.862,19
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>178.011,64</b>	<b>363.207,55</b>
Imposto sobre o rendimento do período	26	-7.449,78	-19.721,76
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>5</b>	<b>170.561,86</b>	<b>343.485,79</b>

Contabilista Certificada  
N.º 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Nuno Miguel Aguiar de Meneses)

(Maria do Anjo Condesso Ekstrom)

## BALANÇO

31. Dezembro. 2020

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	32.183.966,06	33.131.017,00
Ativos intangíveis	7	259.451,26	270.882,49
Outros investimentos financeiros	28	13.932,77	11.198,71
Créditos a receber	28	288,11	288,11
		<u>32.457.638,20</u>	<u>33.413.386,31</u>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	19	883.792,23	750.170,23
Clientes	28	600.866,29	868.316,01
Estado e outros entes públicos	28	81.276,13	79.021,44
Outros créditos a receber	28	888.419,60	751.605,91
Diferimentos	28	19.604,98	17.783,11
Caixa e depósitos bancários	4	56.715,27	137.219,81
		<u>2.530.674,50</u>	<u>2.604.116,51</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>34.988.312,70</u></u>	<u><u>36.017.502,82</u></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	6	1.950.000,00	1.950.000,00
Reservas legais		43.811,97	26.096,28
Outras reservas		229.259,41	53.083,05
Resultados transitados		294.473,63	144.879,89
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	23	24.745.452,79	25.823.293,11
		<u>27.262.997,80</u>	<u>27.997.352,33</u>
Resultado líquido do período	5	170.561,86	343.485,79
<b>Total do capital próprio</b>		<u><u>27.433.559,66</u></u>	<u><u>28.340.838,12</u></u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	11/28	1.419.325,28	1.622.357,17
Passivos por impostos diferidos	26	219,86	96,34
Outras dívidas a pagar	28	4.679.846,99	4.897.487,83
		<u>6.099.392,13</u>	<u>6.519.941,34</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	5/28	463.012,33	488.357,09
Estado e outros entes públicos	28	22.738,55	28.704,69
Financiamentos obtidos	11/28	203.031,84	192.765,65
Outras dívidas a pagar	28	766.578,19	446.895,93
<b>Total do passivo corrente</b>		<u>1.455.360,91</u>	<u>1.156.723,36</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>7.554.753,04</u>	<u>7.676.664,70</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<u><u>34.988.312,70</u></u>	<u><u>36.017.502,82</u></u>

Contabilista Certificada  
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Nuno Miguel Aguiar de Menezes)

(Maria do Anjo Condesso Ekstrom)

## ANEXO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM - Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

### 2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 - Todos os bens considerados ativos fixos tangíveis com valor inferior a 1.000€ e cuja vida útil estimada seja reduzida, são levados a gastos do exercício, dada a sua imaterialidade, pelo que é derogado o §7 da NCRF nº7. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras previstas nas NCRF.

O processo para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados, foi baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ao justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição e os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

##### 3.1.1 - Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

##### 3.1.2 - Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

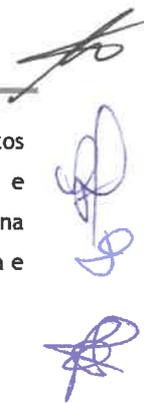
A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

##### 3.1.3 - Consistência de Apresentação:

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

##### 3.1.4 - Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.



As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa e no anexo.

#### **3.1.5 - Compensação:**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o crédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram crédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

#### **3.1.6 - Informação Comparativa:**

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

#### **3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração:**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo respeitam uma numeração fixa, contemplando as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES - Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se indicadas em cada uma das notas deste anexo.

### 3.3 - Juízos de Valor e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

#### 3.3.1 - Estimativas contabilísticas relevantes:

##### Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro de 2020, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

##### Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

##### Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor

de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

#### 3.4. - Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### 4. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos “pagamentos ao pessoal”, encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional “pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento”.

O fluxo da atividade de investimento relativo a “juros e rendimentos similares”, está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 4 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, e aplicações de tesouraria, imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

#### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

5.2 - Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

5.3 - Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Foram detetados alguns erros, materialmente irrelevantes, relativamente a períodos anteriores, no montante global de 10.828€, os quais, porém, são corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas dos exercícios correspondentes, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2019 foi ajustado retrospectivamente, nas rubricas constantes do Quadro 5 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

## **6. PARTES RELACIONADAS**

### **6.1. - Entidades que participam no capital da empresa**

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

### **6.2. - Remuneração dos administradores**

O Conselho de Administração é composto por três Administradores, dos quais, apenas um auferiu remunerações no exercício, no montante bruto de 39.264,19€ a título de remunerações e 8.933,45€ como encargos sobre essas mesmas remunerações.

### **6.3. - Transações entre partes relacionadas**

As transações efetuadas durante 2020, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 6 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

## **7. ATIVOS INTANGÍVEIS**

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida podem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

A 31 de dezembro de 2020 a empresa tem registado por doação no exercício de 2013, a constituição do direito de superfície, com uma vida útil de trinta anos, no montante líquido de 259.451,26€, relativamente ao prédio urbano inscrito na matriz sob os artigos 169 e 2038, pertencente ao Município de Angra do Heroísmo.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 7 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

## 8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de dezembro de 2020 a empresa tinha ativos fixos tangíveis em curso no montante global de 568.127,20€.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

O Conselho de Administração da empresa confirma que a 31 de dezembro de 2020, as apólices de seguros contratualizados para a cobertura de riscos relativos aos ativos fixos, encontram-se devidamente atualizadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

#### 9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (Não aplicável)

#### 10. LOCAÇÕES (Não aplicável)

#### 11. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu um financiamento bancário com vista a financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, o qual foi disponibilizado sob a forma de descoberto eventual, até ao montante máximo de 5.000.000,00€, utilizáveis no prazo de vinte e sete meses. Em outubro de 2016, o valor à data em dívida, no montante de 2.200.000,00€, foi convertido num financiamento amortizável em 11 anos, com um período de carência de capital de 12 meses. O montante a reembolsar durante o exercício de 2020, encontra-se registado como passivo corrente.

Na fase inicial deste financiamento a Administração, optou pela sua não capitalização nos ativos a que se encontram associados, política esta que veio a ser alterada em 2015, tendo capitalizado um total acumulado de 261.426,85. Em 2020, relativamente a este financiamento, não foram capitalizados quaisquer valores, nem serão em períodos futuros.

O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente aos artigos matriciais 1691 e 2038 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

#### 12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (Não aplicável)

#### 13. IMPARIDADE DE ATIVOS

##### 13.1 - Dívidas de clientes:

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas das dívidas de clientes. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas como sendo de cobrança duvidosa, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis.

Depois de efetuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas e mantendo-se as mesmas por cobrar, quer estas sejam consideradas não recuperáveis ou que haja uma diminuta expectativa para a sua recuperação, são sujeitas ao cálculo de imparidades, as quais tendo por base um critério de prudência e a experiência acumulada da Administração, são calculadas de acordo com a antiguidade da dívida, dado o elevado grau de subjetividade envolvido. Excetuam-se os casos, em que se as dívidas em causa forem reclamadas judicialmente, são de imediato consideradas não recuperáveis e sujeitas a cálculos de imparidades pela totalidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

A variação verificada durante os exercícios de 2019 e 2020 nos saldos de perdas por imparidade das dívidas de clientes encontra-se desenvolvida no Quadro 13 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

#### 14. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (Não aplicável)

#### 15. CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS (Não aplicável)

#### 16. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO Não aplicável)

#### 17. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (Não aplicável)

#### 18. AGRICULTURA (Não aplicável)

#### 19. INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica “inventários” apresentava a composição constante do Quadro 19 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

#### 20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (Não aplicável)

#### 21. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 21 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

## 22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (Não aplicável)

## 23. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2020, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, já tendo sido recebido na sua totalidade, relativo a uma participação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a participar a construção da “Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira”. A participação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura.

Relativamente a este subsídio, já se encontra reconhecido como rendimento o montante total de 6.869.704,68€, dos quais 1.295.481,16€, são rendimentos do exercício de 2020.

Em 2020 foi registado um novo subsídio ao investimento, no montante de 784.544,90€, relativo a uma candidatura apresentada ao programa PO2020, relativamente à qual ainda não foram registados quaisquer rendimentos, uma vez que o investimento ainda se encontra em fase de desenvolvimento.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global no montante de 5.650.616,73€, tendo este valor sofrido um reajustamento relativo à variação da taxa de imposto a que a Empresa se encontra sujeita no montante global de 268.217,85€. A regularizações relativas a esta rubrica ascendem a 217.640,84€ relativos 2020 e o saldo a regularizar em períodos futuros ascende a 4.765.684,29€.

Relativamente ao subsídio registado em 2020, foi igualmente registada uma estimativa de tributação no montante de 131.803,54€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 16,8% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2020). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Relativamente aos subsídios ao investimento, a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 2020 encontram-se ainda registado como rendimento do exercício, o montante de 29.093,43€, relativos a subsídios atribuídos pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, no âmbito de programas de emprego.

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica “subsídios ao investimento” apresentava a composição constante do Quadro 23 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

#### **24. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (Não aplicável)**

#### **25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

#### **26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos

por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que foram formalmente aprovadas até à data do presente relato.

Em 2020 foi reconhecido um passivo por imposto diferido no valor de 123,52€, relativo à variação ao justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho, nos termos previstos na FAQ nº 28 da Comissão de Normalização Contabilística.

Em 2020 a Empresa beneficiou do “CFEI II - Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II”, criado pela Lei nº 27A/2020 de 24 de julho, obtendo um benefício fiscal de 1.542,36€, correspondente a 20% do valor total de despesas elegíveis, as quais ascenderam a 7.711,78€.

Uma vez que a empresa não reúne os requisitos previstos no nº4 do artigo 3º do anexo ao Decreto-Lei nº 372/2007 e, conseqüentemente, não cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC, não sendo a mesma considerada como PME, pelo que está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) apenas à taxa de 16,8% para o montante global de matéria coletável.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o imposto diferido, encontram-se detalhados no Quadro 26 dos “Quadros - ANEXO” e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autónomas.

## 27. MATÉRIAS AMBIENTAIS (Não aplicável)

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa reconhece os ativos financeiros, os passivos financeiros ou um instrumento de capital próprio apenas e quando a mesma se torna parte disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

A) Mensurados ao custo, estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;

- Financiamentos obtidos (as despesas incorridas bem como encargos com juros são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos);
  - Outros passivos financeiros
  - Contratos para contrair empréstimos.
- 
- 

B) Mensurados ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” ou “custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Em 31 de dezembro de 2020, encontra-se registada a subscrição do “Fundo de Compensação para o Trabalho” decorrente a obrigação legal prevista nas Leis nº 69/2013 e 70/2013 de 30 de agosto, relativa à contratação de trabalhadores após 01 de outubro de 2013, no montante global de 13.932,77€. Este valor é variável em função de novas admissões/demissões de trabalhadores.

Esta subscrição foi reconhecida como um ativo financeiro, na rubrica “outros investimentos financeiros”, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, tendo-se considerado que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo como referencial prático para o efeito. As entregas

mensais para o “Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho” são reconhecidas como gastos do período a que respeitam.

O Quadro 28 dos “Quadros - ANEXO” revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 31 de dezembro de 2020.

## 29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

### a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

### b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

### c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

### d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

### e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte dos empregados, instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

Em 2020 a empresa apenas tem encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o exercício regularidade em matéria de pagamentos a pessoal.

O Quadro 29 dos “Quadros - ANEXO” reflete informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

### **30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

### **31. OUTRAS INFORMAÇÕES**

#### **31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos**

O valor total desta rubrica ascendeu a 1.241.680,13€ no final de 2020. O Quadro 31.1 dos “Quadros - ANEXO” apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

#### **31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos**

Os outros rendimentos e ganhos apresentados na demonstração dos resultados ascendiam em 31 de dezembro de 2020 ao valor global de 1.395.913,57€ e as rubricas em causa constam do Quadro 31.2 dos “Quadros - ANEXO”.

#### **31.3. - Outros Gastos e Perdas**

A rubrica outros gastos e perdas comporta um montante total de 35.931,59€ no final do terceiro trimestre de 2020. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.3 dos “Quadros - ANEXO”.

### **32. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA h) DO Nº1 DO ARTIGO 2º E O Nº 4 DO ARTIGO 9º, AMBAS DO DECRETO-LEI Nº 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI Nº 98/2015, DE 2 DE JUNHO**

Estando a TERAMB, EM sujeita à Certificação Legal de Contas, foi atribuída à sociedade de Revisores Oficiais de Contas “SVTM - Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda”, com sede em Rua Silva Brinco, nº 148, São Mamede de Infesta, a emissão da Certificação Legal de Contas, tendo sido colocados à disposição o montante de 4.602,00€ a título de honorários relativos aos serviços prestados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada para emissão em 12 de março de 2021.

## Quadros - ANEXO

31. Dezembro. 2020

(Montantes expressos em euros)

Quadro	4	FLUXOS DE CAIXA
<b>Caixa e seus Equivalentes</b>		
	2019	2020
Caixa	1.249,81	3.414,71
Depósitos à Ordem	35.849,34	53.300,56
Outros depósitos bancários	100.120,66	0,00
Ativos financeiros ao justo valor	0,00	0,00
	137.219,81	56.715,27

Quadro	5	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS</b>			
<b>Rendimentos e Gastos</b>			
	Comparativo 2019	Diferencial	Comparativo Reexpresso
Fornecimentos e serviços externos	-1.079.850,50	-143,29	-1.079.993,79
Gastos com o pessoal	-877.985,86	-180,00	-878.165,86
Outros gastos	-30.181,05	-10.504,71	-40.685,76
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>354.313,79</b>	<b>-10.828,00</b>	<b>343.485,79</b>
<b>BALANÇO</b>			
	Comparativo 2019	Diferencial	Comparativo Reexpresso
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Resultado líquido do período	354.313,79	-10.828,00	343.485,79
<b>Total do capital próprio</b>	<b>28.351.666,12</b>	<b>-10.828,00</b>	<b>28.340.838,12</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	488.213,80	143,29	488.357,09
Outras dívidas a pagar	436.211,22	10.684,71	446.895,93
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>1.145.895,36</b>	<b>10.828,00</b>	<b>1.156.723,36</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>7.665.836,70</b>	<b>10.828,00</b>	<b>7.676.664,70</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>36.017.502,82</b>	<b>0,00</b>	<b>36.017.502,82</b>

Quadro	6	PARTES RELACIONADAS						
<b>Entidades que participam no capital da empresa declarante</b>								
Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação		
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	RAA-Portugal	1.170.000,00	60,00%	60,00%	2010		
Município de Praia da Vitória	512 044 023	RAA-Portugal	780.000,00	40,00%	40,00%	2010		
<b>Transações entre Partes Relacionadas</b>								
Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	451.107,48			10.439,40		
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	6.149,28					
Serviços Municipalizados de AH	680 018 140	Acionista Comum	314.246,77			8.492,93		
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	228.609,83			77.857,77		
<b>Saldos Pendentes a 31.12.2020</b>								
Entidade	NIF	Natureza	Valor a Receber	Valor a Pagar				
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	41.682,38	9.005,00				
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	44.389,66	0,00				
Serviços Municipalizados de AH	680 018 140	Acionista Comum	0,00	0,00				
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	37.417,99	14.191,31				

Ativo Bruto					
	Saldo em 31. Dezembro. 2019	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2020
Goodwill	0,00	0,00	0,00		0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00		0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00		0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00		0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros ativos intangíveis	343.280,28	0,00	0,00		343.280,28
	343.280,28	0,00	0,00	0,00	343.280,28

Depreciações Acumuladas					
	Saldo em 31. Dezembro. 2019	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2020
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	72.397,79	11.431,23	0,00	0,00	83.829,02
	72.397,79	11.431,23	0,00	0,00	83.829,02

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31. Dezembro. 2019	Saldo em 31. Dezembro. 2020
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	270.882,49	259.451,26
	270.882,49	259.451,26

Ativo Bruto					
	Saldo em 31. Dezembro. 2019	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2020
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	36.773.015,24	302.176,80	0,00	56.026,89	37.019.165,15
Equipamento básico	1.468.872,51	8.592,33	0,00	0,00	1.477.464,84
Equipamento de transporte	186.804,12	0,00	0,00	0,00	186.804,12
Equipamento administrativo	16.560,46	2.606,00	4.985,00	0,00	14.181,46
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	31.750,82	12.934,04	490,00	0,00	44.194,86
Activos fixos tangíveis em curso	367.801,44	526.502,56	0,00	326.176,80	568.127,20
	38.844.804,59	852.811,73	5.475,00	382.203,69	39.309.937,63

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 2019	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 2020
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4.880.799,60	1.222.562,88	0,00	0,00	6.103.362,48
Equipamento básico	706.415,99	170.568,17	0,00	0,00	876.984,16
Equipamento de transporte	92.363,17	17.675,82	0,00	0,00	110.038,99
Equipamento administrativo	15.534,77	3.499,97	4.985,00	1.982,90	12.066,84
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	18.674,06	8.901,10	490,00	3.566,06	23.519,10
	5.713.787,59	1.423.207,94	5.475,00	5.548,96	7.125.971,57

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 2019	Saldo em 2020
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	31.892.215,64	30.915.802,67
Equipamento básico	762.456,52	600.480,68
Equipamento de transporte	94.440,95	76.765,13
Equipamento administrativo	1.025,69	2.114,62
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	13.076,76	20.675,76
Activos fixos tangíveis em curso	367.801,44	568.127,20
	33.131.017,00	32.183.966,06

**Quadro 11 CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

	Valor Contratual	2019				2020			
		Corrente		Não Corrente		Corrente		Não Corrente	
		Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	2.200.000,00	183.018,57	192.765,65	1.815.122,88	1.622.357,17	192.765,65	203.031,84	1.622.357,17	1.419.325,28
Participantes de Capital: Suprimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Financiadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>2.200.000,00</b>	<b>183.018,57</b>	<b>192.765,65</b>	<b>1.815.122,88</b>	<b>1.622.357,17</b>	<b>192.765,65</b>	<b>203.031,84</b>	<b>1.622.357,17</b>	<b>1.419.325,28</b>
Custos dos empréstimos obtidos	2019 95.862,19	2020 86.459,99							

**Quadro 13 IMPARIDADE DE ATIVOS**

**Imparidades - Dívidas de Clientes**

	2019	2020
Clientes de Cobrança Duvidosa:		
Reclamados judicialmente	436,63	1.347,52
<b>Em mora:</b>	<b>1.111,94</b>	<b>1.462,95</b>
Há mais de 6 meses e até 12 meses		
Há mais de 13 meses e até 18 meses		
Há mais de 19 meses e até 24 meses		175,33
Há mais de 25 meses	1.111,94	1.287,62
<b>Totais</b>	<b>1.548,57</b>	<b>2.810,47</b>

		2019				2020			
		Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final
<b>Imparidades:</b>									
Reclamados judicialmente	100%	436,63			436,63	436,63		910,89	1.347,52
<b>Em mora:</b>		<b>1.111,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.111,94</b>	<b>1.111,94</b>	<b>0,00</b>	<b>307,18</b>	<b>1.419,12</b>
Há mais de 6 meses e até 12 meses	25%	0,00			0,00	0,00			0,00
Há mais de 12 meses e até 18 meses	50%	0,00			0,00	0,00			0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	75%	0,00			0,00	0,00	131,5		131,50
Há mais de 24 meses	100%	1.111,94			1.111,94	1.111,94	175,68		1.287,62
<b>Totais</b>		<b>1.548,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.548,57</b>	<b>1.548,57</b>	<b>0,00</b>	<b>1.218,07</b>	<b>2.766,64</b>

**Quadro 19 INVENTÁRIOS**

**CMVMC / Variação de Produção**

	2019		2020	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	635.321,17	0,00	750.170,23
Compras	0,00	679.306,53	0,00	732.342,28
Reclassificações/Regularizações	0,00	-115.521,16	0,00	18.211,86
Inventário Final	0,00	750.170,23	0,00	883.792,23
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	448.936,31	0,00	616.932,14

**Quadro 21 RÉDITO**

	2019	2020
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Vendas	1.247.447,79	1.265.839,06
Prestação de serviços	1.781.022,57	1.851.488,93
Subsídios à Exploração	0,00	29.093,43
Rendimentos Suplementares	0,00	301,86
Subsídios ao Investimento	1.295.481,16	1.295.481,16
Juros	226,67	0,00
	<b>4.324.178,19</b>	<b>4.442.204,44</b>

**Quadro 23 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO**

**Subsídios relacionados com ativos e Subsídios destinados à exploração**

	2019					2020				
	Subsídios Atribuído	Valor Imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros	Subsídio Atribuído	Valor Imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros
Subsídios relacionados com ativos:										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	33.692.043,30	3.447.448,41	1.121.945,04	4.569.393,45	29.122.649,85	33.692.043,30	4.569.393,45	1.121.945,04	5.691.338,49	28.000.704,81
Equipamento básico	1.295.512,44	535.912,90	158.936,12	694.849,02	600.663,42	1.295.512,44	694.849,02	158.936,12	853.785,14	441.727,30
Equipamento de transporte	146.000,00	45.016,67	14.600,00	59.616,67	86.383,33	146.000,00	59.616,67	14.600,00	74.216,67	71.783,33
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00
	<b>35.383.920,12</b>	<b>4.278.742,36</b>	<b>1.295.481,16</b>	<b>5.574.223,52</b>	<b>29.809.696,60</b>	<b>35.383.920,12</b>	<b>5.574.223,52</b>	<b>1.295.481,16</b>	<b>6.869.704,68</b>	<b>28.514.215,44</b>

	2019			2020		
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final
Impostos sobre subsídios	5.200.965,97	217.640,84	4.983.325,13	4.983.325,13	217.640,84	4.765.684,29
	2019			2020		
Valor contratualizado de subsídios relacionados com ativos			30.594.241,50			29.298.760,34
Valor líquido subsídios relacionados com ativos			25.610.916,37			24.401.272,51
Valor subsídios à exploração			0,00			29.093,43

**Quadro 26 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

**Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos**

	2019	2020
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	374.035,55	178.011,64
Resultados fiscal do período	379.842,62	167.866,52
Reporte de rejuizos fiscais	265.889,83	117.506,56
Matéria coletável do período	113.952,79	50.359,96
Imposto corrente	19.144,07	8.460,47
Tributações autônomas	509,64	408,14
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	16,80%	16,80%

**Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

	Ativos					Passivos				
	2019		2020			2019			2020	
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuizos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Justo Valor do FCT (FAQ nº 28 CNC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,29	0,00	96,34	123,52	219,86
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,29	0,00	96,34	123,52	219,86

**Imposto sobre o Rendimento**

	2019	2020
Imposto Corrente	19.653,71	7.326,26
Imposto Diferido	-68,05	-123,52
	-19.721,76	-7.449,78

**Estado e Outros Entes Públicos**

	2019	2020
<b>Ativo:</b>		
IRC - A Recuperar	0,00	10.829,30
IRC - PEC's a recuperar	0,00	0,00
IVA - A Recuperar	79.021,44	20.446,83
IVA - Reembolsos Pedidos	0,00	50.000,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
	79.021,44	81.276,13
<b>Passivo:</b>		
IRC - A Pagar	8.817,71	0,00
IRS - Retenções na fonte a pagar	4.470,28	5.130,48
IVA - A Pagar	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	15.416,70	17.608,07
Contribuições para a CGA	0,00	0,00
Contribuições ADSE	0,00	0,00
Tributos das Autarquias	0,00	0,00
	28.704,69	22.738,55

**Quadro 28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

**Outros Investimentos Financeiros**

	Saldo em 2019	Subscrições	Resgates	Variações Justo Valor	Saldo em 2020
Outros investimentos Financeiros					
Fundo de Compensação do Trabalho	11.198,71	3.711,68	-1.307,80	330,18	13.932,77
	11.198,71	3.711,68	-1.307,80	330,18	13.932,77

**Ativos Financeiros - Clientes**

	2019	2020
	Valor Nominal	Valor nominal
<b>Clientes:</b>		
Clientes Correntes	868.316,01	600.822,46
Clientes de Cobrança Duvidosa:	1.548,57	2.810,47
Perdas por Imparidade Acumuladas	-1.548,57	-2.766,64

Valor Líquido de Clientes	2019	2020
	Valor Nominal	Valor nominal
	868.316,01	600.866,29

**Outros Ativos Financeiros**

	2019	2020
<b>Outras contas a Receber:</b>	<b>751.894,02</b>	<b>888.707,71</b>
Fornecedores (saldos contrários)	3.235,75	4.113,56
Adiant. e outras operações com o pessoal	1.079,44	876,18
Devedores por acréscimos de rendimentos:	59.832,82	226.435,96
Faturação a emitir	59.805,01	226.435,96
Juros a receber	27,81	0,00
Outros devedores	687.746,01	657.282,01
	2019	2020
<b>Diferimentos de gastos:</b>		
Seguros	17.783,11	19.604,98
	17.783,11	19.604,98

**Passivos Financeiros - Empréstimos Bancários**

	2019	2020
<b>Não correntes:</b>		
Empréstimos Bancários	1.622.357,17	1.419.325,28
	1.622.357,17	1.419.325,28
<b>Correntes:</b>		
Empréstimos Bancários	192.765,65	203.031,84
	192.765,65	203.031,84

**Outros Passivos Financeiros**

	2019	2020
<b>Fornecedores:</b>	<b>488.357,09</b>	<b>463.012,33</b>
Fornecedores C/C	488.357,09	463.012,33
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Adiantamento de Clientes	0,00	0,00
<b>Outras Dívidas a Pagar:</b>	<b>5.344.383,76</b>	<b>5.446.425,18</b>
Clientes (saldos contrários)	0,00	44,65
Pessoal	0,00	351,29
Fornecedores de Investimentos	111.897,34	439.946,86
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos:	105.430,13	107.927,97
Remunerações a pagar ao pessoal	100.704,92	99.769,35
Juros a liquidar	0,00	0,00
Outros acréscimo de gastos	4.725,21	8.158,62
Outros Credores	5.127.056,29	4.898.154,41

**Quadro 29 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL**

**Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas**

	2019		2020	
	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
<b>Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:</b>	<b>45</b>	<b>91.023</b>	<b>43</b>	<b>84.320</b>
Pessoas REMUNERADAS	45	91.023	43	84.320
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
<b>Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:</b>	<b>44</b>	<b>91.023</b>	<b>43</b>	<b>84.320</b>
Pessoas a TEMPO COMPLETO	44	91.023	43	84.320
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	45	91.023	43	84.320
Pessoas a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
<b>Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:</b>	<b>45</b>	<b>91.023</b>	<b>43</b>	<b>84.320</b>
Homens	39	78.975	37	72.320
Mulheres	6	12.048	6	12.000

**Gastos com Pessoal**

	2019	2020
Remunerações dos órgãos sociais	41.031,78	39.264,19
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	635.726,93	675.108,45
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	166.043,10	173.567,64
Contribuições para a Segurança Social	151.260,79	160.895,22
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	301,33	301,71
Regime de Capitação (art. 54º DLnº82B/2014)	14.477,23	12.370,71
Quotizações ADSE	3,75	0,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	19.002,58	20.679,00
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros Gastos com Pessoal	16.361,47	44.722,12
Formação	4.371,00	4.852,10
Higiene e segurança no trabalho	702,00	722,00
Fardamento	11.288,47	39.148,02
Outros	0,00	0,00
<b>Total Gastos com Pessoal</b>	<b>878.165,86</b>	<b>953.341,40</b>

Quadro 31 OUTRAS INFORMAÇÕES

**31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos**

	2019	2020
Subcontratos	98.037,04	131.142,91
Serviços Especializados	774.457,47	941.164,61
Trabalhos especializados	537.205,30	552.093,74
Publicidade	0,00	0,00
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	0,00	1.050,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	229.867,97	380.894,21
Serviços Bancários	7.384,20	7.099,81
Outros Serviços Especializados	0,00	26,85
Materiais	84.833,55	60.746,16
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.439,09	5.829,02
Livros e documentação técnica	0,00	35,60
Material de Escritório	1.182,12	1.644,93
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	77.212,34	53.236,61
Energia e Fluidos	58.644,56	48.988,63
Electricidade	3.479,74	1.687,52
Combustíveis	50.861,05	43.744,09
Água	3.548,22	2.353,43
Outros	755,55	1.203,59
Deslocações e estadas	6.426,67	1.395,73
Serviços diversos	57.594,50	58.242,09
Rendas e alugueiros	4.896,32	4.382,20
Comunicações	31.358,64	30.360,75
Seguros	9.956,63	8.516,82
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	245,00	254,16
Despesas de representação	1.420,71	954,97
Limpeza, higiene e conforto	1.656,31	2.917,41
Outros serviços diversos	8.060,89	10.855,78
<b>Total FSE</b>	<b>1.079.993,79</b>	<b>1.241.680,13</b>

**31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos**

	2019	2020
Rendimentos Suplementares	0,00	301,86
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	100.054,49
Rend./Ganhos em Activos Financeiros	2,52	76,01
Rend./Ganhos em Inv. não Financeiros	0,00	0,00
Outros	1.295.481,69	1.295.481,21
Juros Obtidos	226,67	0,00
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamentos	0,00	0,00
<b>Total Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>1.295.710,88</b>	<b>1.395.913,57</b>

31.3. - Outros Gastos e Perdas

	2019	2020
Impostos	26.806,57	28.956,92
Descontos concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	1.858,85	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. Financeiros	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. não financ.	5.385,84	691,17
Outros	6.634,50	6.283,50
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros Juros	0,00	0,00
Dif. de câmbio desfavoráveis - Outras	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00
<b>Total Outros Gastos e Perdas</b>	<b>40.685,76</b>	<b>35.931,59</b>

Contabilista Certificada  
n.º 37790

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raquel Gomes Gaetano Ferreira)

(Nuno Miguel Aguiar de Menezes)

(Maria do Anjo Condesso Ekstrom)



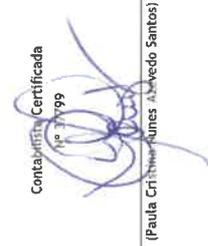
**TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM**

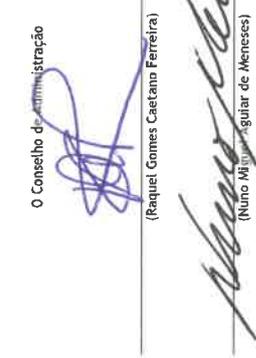
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

31. Dezembro. 2020

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2019	1.950.000,00	-	-	-	26.096,28	53.083,05	144.879,89	-	-	25.823.293,11	343.485,79	28.340.838,12
<b>Alterações no período:</b>												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:												
Prestações acessórias de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de Resultados	-	-	-	-	17.715,69	176.176,36	160.421,74	-	-	-	(343.485,79)	10.828,00
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(10.828,00)	-	-	-	-	(10.828,00)
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.077.840,32)	-	(1.077.840,32)
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>	-	-	-	-	17.715,69	176.176,36	149.593,74	-	-	(1.077.840,32)	(343.485,79)	(1.077.840,32)
<b>Resultado integral</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	170.561,86	170.561,86
<b>Operações com detentores de capital no período</b>												
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição no fim do período</b>	1.950.000,00	-	-	-	43.811,97	229.259,41	294.473,63	-	-	24.745.452,79	170.561,86	27.433.559,66

Contabilista Certificada  
N.º 37099  
  
(Paula Cristina Nunes Alameda Santos)

O Conselho de Administração  
  
(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

  
(Nuno Miguel Aguiar de Meneses)

  
(Maria do Anjo Condesso Elstrom)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31. Dezembro. 2020

(Montantes expressos em euros)

	2020	2019	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes	3.461.408,82	3.242.685,21	
Pagamentos a fornecedores	-2.223.496,34	-2.013.437,94	
Pagamentos ao pessoal	-573.056,01	-535.124,51	
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>664.856,47</b>	<b>694.122,76</b>	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-291.095,35	-121.366,89	
Outros recebimentos / pagamentos	-7.257,49	-164.526,02	
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>366.503,63</b>	<b>408.229,85</b>	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	-227.019,28	-379.445,59	
Ativos intangíveis	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	-1.231,60	0,00	
Outros ativos	0,00	-1.473,06	-380.918,65
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	28.796,13	4.637,68	
Ativos intangíveis	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	1.383,81	142,00	
Outros ativos	0,00	0,00	
Subsídios ao investimento	30.464,00	86.028,50	
Juros e rendimentos similares	27,81	201,39	
Dividendos	0,00	0,00	91.009,57
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>-167.579,13</b>	<b>-289.909,08</b>	
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	
Coertura de prejuízos	0,00	0,00	
Doações	0,00	0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	-192.960,03	-167.997,83	
Juros e gastos similares	-86.469,01	-71.414,83	
Dividendos	0,00	0,00	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	-239.412,66
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>-279.429,04</b>	<b>-239.412,66</b>	
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>-80.504,54</b>	<b>-121.091,89</b>	
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>137.219,81</b>	<b>258.311,70</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>56.715,27</b>	<b>137.219,81</b>	

Contabilista Certificada  
n.º 177/2011

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Nuno Manuel Aguiar de Meneses)

(Maria do Anjo Condesso Ekstrom)

# TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

Contribuinte: 509620515  
Período findo em: 31. Dezembro. 2020

Pág. 1/1  
Moeda: EUR

## Comportamento Principais Rubricas de Rendimentos e Ganhos

Rubricas	2020	2019	%
Vendas e serviços prestados	3.117.327,99	3.028.470,36	2,93
Subsídios à exploração	29.093,43	0,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	1.395.913,57	1.295.710,88	7,73
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	

## Comportamento Principais Rubricas de Gastos e Perdas

Rubricas	2020	2019	%
CMVMC	616.932,14	448.936,31	37,42
Fornecimentos e Serviços Externos	1.241.680,13	1.079.993,79	14,97
Gastos com Pessoal	953.341,40	878.165,86	8,56
Outros Gastos e Perdas	35.931,59	40.685,76	-11,69
Gastos Depreciações/Amortizações	1.429.090,21	1.417.734,84	0,80
Juros e gastos similares suportados	86.459,99	95.862,19	-9,81

## Estrutura de Resultados

Rubricas	2020	2019	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.693.561,84	1.876.804,58	-9,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	264.471,63	459.069,74	-42,39
Resultado antes de impostos	178.011,64	363.207,55	-50,99
Impostos sobre o rendimento do período	7.449,78	19.721,76	-62,23
Resultado liquido do período	170.561,86	343.485,79	-50,34

## Margem de Comercialização

Rubricas	2020	2019	%
Vendas e serviços prestados	3.117.327,99	3.028.470,36	2,93
CMVMC + FSE's	1.858.612,27	1.528.930,10	21,56
Margem em Valor	1.258.715,72	1.499.540,26	-16,06
Margem em %	40,38	49,51	-18,45

## Ponto crítico das Vendas/Margem de segurança

Rubricas	2020	2019	%
Vendas e serviços prestados	3.117.327,99	3.028.470,36	2,93
Gastos Fixos(Pessoal + Outros Gastos e Perdas + Depreciações)	2.418.363,20	2.336.586,46	3,50
Ponto crítico(Gastos Fixos/(Mg bruta/Vol. Negócios)	5.989.304,16	4.718.968,22	26,92
Margem de segurança (Vol. Negócios - Ponto Crítico)	-2.871.976,17	-1.690.497,86	-69,89
Gastos Fixos em % Volume de Negócios	77,58	77,15	0,55
Margem de Segurança em % Volume de Negócios	-92,13	-55,82	-65,05

## Comportamento da Tesouraria

Rubricas	2020	2019	%
Capitais Permanentes (1)	33.532.951,79	34.860.779,46	-3,81
Activo não corrente (2)	32.457.638,20	33.413.386,31	-2,86
Fundo de Maneio (3=1-2)	1.075.313,59	1.447.393,15	-25,71
Necessidades de Exploração (4)	1.565.934,65	1.697.507,68	-7,75
Recursos de Exploração (5)	485.750,88	517.061,78	-6,06
Fundo Maneio Necessário de Exploração (6=4-5)	1.080.183,77	1.180.445,90	-8,49
Necessidades Extra-Exploração (7)	908.024,58	769.389,02	18,02
Recursos Extra-Exploração (8)	969.610,03	639.661,58	51,58
Fundo Maneio Necessário Extra-Exploração (9=7-8)	-61.585,45	129.727,44	147,47
Fundo de Maneio Necessário (10=6+9)	1.018.598,32	1.310.173,34	-22,25
Tesouraria Global (11=3-10)	56.715,27	137.219,81	-58,67

## Indicadores

Rubricas	2020	2019	%
Liquidez Geral Activo Corrente/Passivo Corrente	1,74	2,25	-22,76
Liquidez Reduzida (Activo corrente - Inventários)/Passivo Corrente	1,13	1,60	-29,40
Liquidez Imediata Meios Financeiros Liquidos/Passivo Corrente	0,04	0,12	-67,15
Solvabilidade Capital Próprio/Passivo	3,63	3,69	-1,64
Autonomia Financeira Capital Próprio/Activo liquido x 100	78,41	78,69	-0,35
Prazo Médio Recebimentos (Cliente/Vol. Negócios)x360 dias	69	103	-32,77
Prazo Médio Pagamentos (Fornecedores/Compras)x360 dias	228	259	-12,06
PMP(RCM nº34/2008 de 22/2) ((Fornecedores/4)/(Compras+FSEs))x365 dias	21	25	-15,50
Rentabilidade Capitais Próprios Resultado Liquido/Capital Próprio x 100	0,62	1,21	48,70

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'A'.A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'P', with a circular blue stamp below it.

## Anexo II

### Relatório de execução do contrato programa



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA - Ano 2020 -

Objetivo	Meta	Indicador	Resultado	Observações
<p><i>Valorização energética de resíduos</i></p>	<p>I.I) Disponibilidade da instalação superior a 90%</p>	<p>II.I) Disponibilidade =(horas possíveis - horas paragens programadas) /horas possíveis</p>	<p>Horas possíveis=8784 h Horas paragem programadas=1007,0h Horas de funcionamento =7538,10 h Disponibilidade =(8787-100.70) /8787 =89%</p>	<p>Em virtude da pandemia e ter sido necessário recorrer a prestadores locais sem experiência em reposição de refratário, o tempo de paragem foi ligeiramente superior ao previsto</p>
<p><i>Valorização de resíduos urbanos biodegradáveis</i></p>	<p>I.I) Desviar da deposição em bolsa todos os resíduos urbanos biodegradáveis (100%) provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins com vista à sua posterior valorização orgânica</p>	<p>II.I) % de resíduos urbanos biodegradáveis desviados da deposição em bolsa para resíduos urbanos banais, medidos através do registo informático da báscula.</p>	<p>Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 2766,67 ton Quantidade de resíduos 20 02 01 depositados em aterro=0 ton % depositada em aterro=0% % valorizada=100%</p>	<p>Meta alcançada</p>
<p><i>Tratamento e valorização de subprodutos animais</i></p>	<p>II.II) Preparar para a valorização orgânica 3600 ton de resíduos biodegradáveis provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins</p>	<p>II.II) Toneladas de resíduos triturados, medidos através do registo informático da báscula.</p>	<p>Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 2766,67 ton Quantidade encaminhada para Valorização orgânica= 2766,67 ton</p>	<p>Meta não alcançada por não termos recebido as 3600 ton, mas a totalidade recebida, foi encaminhada para valorização orgânica</p>
<p><i>Tratamento e valorização de subprodutos animais</i></p>	<p>Tratar e valorizar energeticamente 90% dos sub produtos animais</p>	<p>Toneladas de resíduos entregues no CTVRIT e valorizados no Centro de processamento de resíduos animais, medidos através do registo informático da báscula.</p>	<p>Quantidade SPOAS entregues= 7343,47 ton Quantidade valorizada = 7343,47 ton % valorizada = 100%</p>	<p>Meta ultrapassada. Foi instalada uma caldeira a gásóleo que permite o funcionamento durante as paragens da CVE.</p>
<p><i>Tratamento e valorização dos resíduos depositados em bolsa- recuperação ambiental dos espaços</i></p>	<p>Tratar, energeticamente e recuperação ambiental dos aterros existentes no CTVRIT</p>	<p>Toneladas de resíduos entregues e valorizados no Centro de Valorização Energética, medidos através do registo informático da báscula.</p>	<p>Total de resíduos entregues= 48.866,87ton Total de resíduos encaminhados para a CVE= 44.172,90 ton Resíduos recuperados na mineração= 1.580,00 ton Deposição em aterro= -1500,74 ton</p>	<p>Meta alcançada, todos os resíduos valorizáveis foram enviados para valorização. A deposição em aterro foi negativa como consequência da mineração.</p>

Two handwritten signatures in blue ink are located in the top right corner of the page.

**Anexo III**  
**Parecer Revisor Oficial de Contas**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 34.988.312,70 euros e um total de capital próprio de 27.433.559,66 euros, incluindo um resultado líquido de 170.561,86 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**O órgão de gestão é responsável pela:**

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 1 de abril de 2021

  
SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da

**TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da **TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM**, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2020, a Demonstração dos resultados por naturezas, demonstração de fluxos de caixa e demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2020 e da proposta nele incluída, assim como do Relatório do Governo Societário preparados pela Administração da Empresa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia-geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Administração e aos serviços da empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 15 de abril de 2021

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda.

Representada por João Manuel Trigo de Moraes (ROC 881)

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svttm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

**Anexo IV**  
**Ata Assembleia Geral**

## ATAS

Folha 51

### ATA n.º 61

Ao vigésimo primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e um, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu na sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, sita na Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia da Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da TERAMB, EM, com o número de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo 509620515, com o capital social de 1.950.000,00€ (um milhão e novecentos e cinquenta mil euros). -----

Estiveram presentes em representação dos sócios: José Gabriel Álamo de Meneses, na qualidade de presidente da mesa da assembleia e representante do acionista Município de Angra do Heroísmo, com uma quota de 60%, no valor nominal de 1.170.000,00 € (um milhão e cento e setenta mil euros) e Tibério Manuel Faria Dinis, na qualidade de secretário da mesa da assembleia e representante do acionista Município da Praia da Vitória, com uma quota de 40%, no valor nominal de 780.000,00€ (setecentos e oitenta mil euros). -----

Estando representada a totalidade do capital social, os sócios demonstraram vontade de, com dispensa de quaisquer formalidades prévias, se constituírem em assembleia geral, para deliberarem sobre a seguinte ordem de trabalhos -----

#### 1) Relatório de gestão e contas do exercício de 2020-----

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea g) do artigo 15º dos estatutos da Teramb, EM, procedeu-se à apreciação e discussão do documento em título e deliberou-se por unanimidade aprová-los e propô-los às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são: ----

- Total do Ativo: 34.988.312,70 €-----
- Total do Passivo: 7.554.753,04€-----
- Capitais Próprios: 27.433.559,66€-----
- Resultado líquido do exercício, no montante global de 170.561,86€-----

#### 2) Proposta de aplicação de resultados do exercício e distribuição de dividendos:-----

Nos termos do n.º 5 do Artigo 66.º e do n.º 1 do Artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), assim como do Artigo 25.º dos Estatutos da Empresa, e ainda dos Artigos 21º e 24º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações, os resultados líquidos anuais devidamente aprovados terão a seguinte aplicação:

a) Uma percentagem não inferior à vigésima parte dos lucros da sociedade é destinada à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração, até que aquela represente a quinta parte do capital social. No contrato de sociedade podem fixar-se percentagem e montante mínimo mais elevados para a reserva legal. Conforme consta dos Estatutos da Empresa a reserva não pode ser inferior a 5% do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária para a cobertura de prejuízos transitados.

Deste modo, e nos termos do artigo 295º, nº1 do CSC, um mínimo de 5% é destinado à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração até que a mesma represente 20% do capital social. Sendo o capital social da Empresa de €1.950.000,00, 20%, corresponde a€390.000,00, sendo que à data de 31 de dezembro de 2020, a reserva legal é de €43.811,97 inferior ao valor mínimo global exigido pelo CSC.

b) Uma percentagem a distribuir pelos acionistas, se o entenderem, a título de dividendo a definir em Assembleia Geral, conforme consta da proposta de alteração dos estatutos;

c) O restante para os fins que a Assembleia Geral delibere de interesse para a Sociedade. Neste caso e conforme consta da alínea b) do Artigo 25º dos Estatutos da Empresa para reserva para investimentos;

Considerando a necessidade de execução do Plano de Investimentos previsto em sede de Orçamento, para o ano 2021 e seguinte, referente ao loteamento, à valorização de resíduos – mineração, e ainda à instalação de pórtico de radioatividade, que ascende a 2.011.299,45€, acrescendo ainda os referentes a substituição de determinados equipamentos estruturantes, é necessário assegurar a prossecução dos fins da empresa.

Considerando que é necessário assegurar o capital essencial à execução do programa de investimentos previsto, o qual é fundamental para o sucesso da execução da sua estratégia, a distribuição de dividendos está dependente da facilidade de geração de cash flow, entre outros aspetos.

Deste modo, aprovou-se por unanimidade e nos termos do artigo 25.º dos estatutos da empresa e conforme proposta de alteração de estatutos a seguinte aplicação de resultados:-----

Reserva legais: €18.618,09;-----

Para efeitos da alínea b) do artigo 25º dos estatutos: €151.943,77-----

3) Relatórios e planos diversos: -----

A Assembleia Geral tomou conhecimentos dos seguintes documentos: -----

- Relatório do Governo Societário do ano 2020; -----
- Aprovação do relatório de sustentabilidade do ano 2020; -----

- Aprovação do relatório de viabilidade de acordo com a lei n.º 50, 2020; -----
- Aprovação do relatório de execução do contrato programa do ano 2020; -----
- Aprovação do relatório de execução do plano de prevenção e corrupção do ano 2020; -----
- Plano de igualdade de género, ano 2020 -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade e lavradas em ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos representantes dos sócios presentes. -----

O Presidente-----

(José Gabriel Álamo de Meneses)

O Secretário-----

(Tibério Manuel Faria Dinis)

**Adenda:**

Assembleia geral deliberou por unanimidade que se proceda à seguinte retificação no último paragrafo do ponto 2 desta ata:

Onde se lê: (...) Deste modo, aprovou-se por unanimidade e nos termos do artigo 25.º dos estatutos da empresa e conforme proposta de alteração de estatutos a seguinte aplicação de resultados (...)

Deve ler-se: (...) Deste modo, aprovou-se por simples maioria e nos termos do artigo 35.º dos estatutos da empresa e conforme proposta de alteração de estatutos a seguinte aplicação de resultados (...)

O Presidente-----

(José Gabriel Álamo de Meneses)

O Secretário-----

(Tibério Manuel Faria Dinis)